

**ESCRAVIDÃO  
MODERNA**  
CONTINUIDADES  
E RUPTURAS  
NO CONTEXTO  
BRASILEIRO

Clarisse dos Santos





# ESCRavidÃO MODERNA

## CONTINUIDADES E RUPTURAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Clarisse dos Santos

Editor

**Lécio Cordeiro**

Revisão de texto

**Departamento editorial**

Projeto gráfico, diagramação e capa

**Nathália Sacchelli**

Direitos reservados à

**Editora Prazer de Ler Ltda.**

CNPJ: 14.605.341/0001-03

Fizeram-se todos os esforços para localizar os detentores dos direitos dos textos contidos neste livro. A editora pede desculpas se houve alguma omissão e, em edições futuras, terá prazer em incluir quaisquer créditos faltantes.

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Santos, Clarisse dos

    Escravidão moderna : continuidades e rupturas no  
contexto brasileiro : 7º ano / Clarisse dos  
Santos. -- Recife, PE : Prazer de Ler, 2023.

ISBN 978-85-8168-833-6

1. Ciências humanas (Ensino fundamental)

I. Título.

23-152708

CDD-372.8

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ciências humanas : Ensino fundamental 372.8

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

---

ISBN aluno: 978-85-8168-833-6

ISBN professor: 978-85-8168-850-3

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610,  
de 19 de fevereiro de 1998.

Impresso no Brasil.

# APRESENTAÇÃO

A escravização é um fenômeno social que tem uma longa história em várias culturas ao redor do mundo, sendo um sistema que se caracteriza pela subjugação e pela exploração de indivíduos. Esse fenômeno ocorreu de maneiras variadas ao longo do desenvolvimento de sociedades diversas. No contexto da formação da nação brasileira, a escravidão desempenhou um papel central durante um longo período, configurando-se como a base de nosso sistema econômico, gerando riqueza e conferindo status a uma parcela específica da sociedade.

Neste livro, abordaremos semelhanças e divergências desse processo, buscando desmistificar a ideia de que a escravidão é um fenômeno estático. Também veremos que, apesar de proibida no Brasil e em boa parte do mundo, a escravidão contemporânea tem afetado uma parcela da população que é mais vulnerável tanto econômica quanto culturalmente. Por isso, é importante refletirmos criticamente sobre esse fenômeno histórico.



Domínio público

*Engenho de Itamaracá (1647), de Frans Post (1612–1680). A obra retrata o dia a dia dos escravizados africanos em um engenho de cana de açúcar no Brasil, a principal atividade econômica do país na época.*

# SUMÁRIO

O fenômeno da escravização .....	6
Os elementos que constituem a escravização .....	6
A escravização em diferentes épocas .....	9
A escravização na Idade Moderna .....	10
Refleta sobre o conteúdo.....	14

Escravidão de indígenas .....	18
Os primeiros contatos.....	18
A mão de obra indígena: entre colonizadores e religiosos.....	20
A continuidade da mão de obra indígena no Brasil colonial.....	24
Refleta sobre o conteúdo.....	28

<b>Escravidão de africanos</b> .....	<b>34</b>
Mitos e verdades sobre a escravidão de africanos no Brasil .....	<b>35</b>
A escravidão mercantil na África .....	<b>39</b>
O tráfico e a chegada ao Brasil .....	<b>43</b>
O trabalho dos escravizados no Brasil .....	<b>48</b>
Refleta sobre o conteúdo.....	<b>54</b>

<b>Trabalho escravo contemporâneo</b> .....	<b>60</b>
Pensando historicamente: o pós-abolição .....	<b>61</b>
O trabalho escravo na contemporaneidade .....	<b>68</b>
Refleta sobre o conteúdo.....	<b>75</b>



## 1

# O fenômeno da escravização

A escravização é um dos fenômenos mais antigos da história, estando presente em diferentes sociedades desde os primórdios da humanidade. Não há no mundo região alguma que não tenha praticado a escravidão em algum momento da história, desde as sociedades consideradas primitivas até as vistas como mais civilizadas.

Neste livro, estudaremos sobre essa instituição na Idade Moderna e na contemporaneidade. Contudo, antes de avançarmos, é importante compreender como se estrutura esse fenômeno e observar sua ocorrência em alguns períodos da história da humanidade.

## Os elementos que constituem a escravização

Ao longo da história, em diferentes regiões do mundo, a escravidão assumiu diversas formas e teve motivações variadas. Porém, uma análise mais atenta desse fenômeno nos leva a perceber certas similaridades entre os diferentes tipos de escravização. A principal delas é a forma como as relações entre senhor e escravo se estabeleceram, que sempre ocorreram pela dominação. Outra característica em comum entre boa parte dos sistemas de escravidão é o fato de essa prática ser legitimada por meio de leis, normas culturais ou sistemas sociais que a apoiam — com exceção de alguns casos que ocorrem na contemporaneidade de forma clandestina.

Podemos destacar algumas dessas similaridades, como a violência, a invi-

sibilidade e o anonimato imposto ao escravizado e a violação da dignidade. A seguir, aprofundaremos os estudos sobre as características que são comuns a esse fenômeno ao longo da história da humanidade.

## Controle e coerção

O fenômeno da escravidão se constitui como uma das mais extremas formas de dominação, visto que o senhor exerce um tipo de poder absoluto sobre o escravizado, que é colocado em uma situação de total impotência e, às vezes, de dependência. O uso da violência como forma de **coerção** era crucial para manter a ordem, sendo um dos principais artifícios pelo qual o escravizado era sujeito a uma autoridade.

Na Sociologia, o conceito de **coerção** se refere ao uso de poder ou influência para obrigar ou forçar pessoas a agirem de acordo com certas normas, regras ou vontades de outros. Ou seja, a coerção é o ato de forçar ou pressionar alguém a fazer algo contra sua vontade. É uma forma de influência que envolve o uso de ameaças, intimidação, violência física e psicológica, ou outros meios para obter a conformidade de uma pessoa. Ela é caracterizada pela falta de liberdade de escolha e pela imposição de uma vontade ou ação sobre outra pessoa.

Na Psicologia, a coerção é considerada uma forma de controle social que pode ter efeitos negativos sobre a saúde mental e emocional das pessoas envolvidas.

No contexto jurídico, pode se referir à prática de usar a força física para obrigar alguém a confessar um crime ou a fornecer informações. A coerção também está relacionada ao conceito de **conformidade social**, que se refere à pressão exercida pela sociedade ou grupo sobre os indivíduos para se conformarem às normas e expectativas sociais.

## Desenraizamento

Para exercer o controle e a dominação, os senhores tornavam os escravizados em pessoas socialmente mortas. Dessa forma, sempre foi comum que as pessoas escravizadas fossem retiradas do seu meio social, tendo seus laços familiares, sua cultura e demais relações sociais interrompidos. O que não significava que eles não estabeleciam relações sociais, contudo, tais relações não eram válidas para a sociedade. Por exemplo, uniões amorosas entre escravizados dificilmente eram reconhecidas na sociedade, e os filhos que viessem a nascer, por vezes, não tinham vínculos paternos legitimados, visto que a custódia dessas crianças não era conferida aos escravizados, podendo ser tiradas de seus pais, se assim desejasse o senhor.

Essa alienação imposta ao escravizado provocou e ainda provoca graves consequências não só sociais, como também psicológicas. Frequentemente, as

pessoas submetidas a situações como essas perdem os laços familiares, tanto ascendentes quanto descendentes, sendo também destituídas de suas culturas. Ou seja, além do sofrimento imposto pela separação de sua terra e de seu convívio e laços, há a perda de sua identidade cultural.

## Desumanização

Ao longo da história, o processo de escravização se mostrou frequentemente caracterizado pela prática da desumanização do indivíduo, retirando-lhe sua dignidade e privando-o de direitos fundamentais inerentes à condição humana. Na maior parte das sociedades nas quais essa prática esteve presente, o escravizado era totalmente destituído de seus direitos e não tinha sua existência social reconhecida, sendo tratado meramente como propriedade.

Seja nas sociedades antigas, na era colonial ou na atualidade, a escravidão sempre foi um fenômeno de degradação da pessoa, que reduz o ser humano à condição de simples força de trabalho, afastada de seus laços familiares, de seu espaço, de sua autonomia, de sua liberdade e de sua dignidade. Embora a escravidão na Roma Antiga e a escravidão no Brasil (tanto a do Período Colonial quanto a contemporânea) sejam sistemas distintos em termos histórico e estrutural, do ponto de vista humano, elas compartilham aspectos em comum.

O principal aspecto em comum entre esses sistemas de escravidão é a desumanização, ou seja, a redução do escravizado à condição de objeto ou animal, visto meramente como propriedade de um senhor. No Império Romano, o Direito Civil classificava animais, objetos e demais propriedades passíveis de compra e venda na categoria *res mancipi*, cujo prefixo *res* significa coisa. Esta era a categoria na qual os escravos estavam inclusos.

As produções literárias nas áreas da Filosofia e da Economia na Antiguidade — tanto em Roma como na Grécia — também reforçavam a desumanização do escravizado. Na Grécia, Aristóteles descrevia os escravizados como *órganon*, ou seja, um instrumento; para o autor romano Varrão, o escravo era um instrumento de produção (*instrumentum vocale*). E esses são só alguns exemplos do tratamento destinado aos escravizados nessas sociedades.



David | Adobe Stock

Além de prestarem serviços de diferentes naturezas aos seus senhores, na Roma Antiga, os escravizados também eram usados para promover entretenimento. Alguns dos gladiadores que participavam dos violentos torneios realizados nas arenas romanas eram cativos. Na imagem, representação de uma disputa de gladiadores.

VASCONCELOS, Beatriz Avila. O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma antiga ao Brasil Contemporâneo. In: *Revista UFG, Goiânia*, v. 14, n. 12, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48427>. Acesso em: 13/05/2023. Adaptado.



# A escravidão em diferentes épocas

A escravidão não é um fenômeno estático, localizado fixamente em um período. Pelo contrário, ela é um processo histórico dinâmico, que ocorreu em diferentes locais e épocas, apresentando, em cada contexto histórico, características específicas que fazem com que consigamos distinguir, por exemplo, a escravidão praticada na Idade Antiga da que vemos na atualidade.

É importante ressaltar que a escravidão nem sempre estava ligada à raça ou etnia. Na Antiguidade, por exemplo, era mais uma condição social e legal, havendo escravos de diferentes origens étnicas. Nesse período, a escravidão se dava, majoritariamente, como resultado das guerras e domínios de territórios. Os vencidos eram submetidos aos dominadores. A escravização era a base do modo de produção nas sociedades antigas: as grandes obras que construíram diques, **zigurates** e pirâmides, por exemplo, foram realizadas por escravos. Além das construções, os escravos também exerciam atividades artesãs, domésticas e de cultivo.



*O mercado de escravos* (1882), de Gustave Boulanger (1824-1888). A pintura renascentista representa um mercado de escravos na Antiguidade. Os pintores do Renascimento buscavam inspirações na Antiguidade Clássica, na tentativa de resgatar a cultura desse período, que eles consideravam ter sido perdida durante a Idade Média.

Mesmo na Idade Antiga, a escravidão se apresentou de maneiras diferentes, a depender de cada época e lugar. Em Atenas, por exemplo, os escravos ocupavam diversos postos de atividades para que os seus senhores tivessem tempo livre para praticar o **ócio** e a filosofia. Já em Esparta, os **hilotas**, como eram chamados aqueles que pertenciam ao estado espartano, que administrava a produção econômica.

Na Idade Média, o trabalho forçado se apresentou na forma de servidão. Apesar de apresentar características distintas, a depender do local e do período observado, na servidão, o servo trabalhava na propriedade senhorial, preso à terra e pagando tributos aos senhores. No entanto, ele não era uma propriedade do senhor feudal.

Já na África, há documentos que indicam que o Egito Antigo tinha escravos desde, aproximadamente, 2700 a.C. Existia, também, a chamada **escravidão doméstica**, que estava diretamente relacionada à estrutura social de diversas

Em forma de pirâmide, os **zigurates** eram utilizados na Antiguidade como depósito de mantimentos, moradia de governantes, biblioteca e para a observação do céu e das estrelas para acompanhar os níveis das enchentes dos rios.

O **ócio**, ao contrário do que concebemos hoje, como folga, repouso ou não fazer nada, era visto de outra forma. Para a sociedade ateniense, ócio era um privilégio que a aristocracia tinha. Esse momento representava um estado de fruição criativa, o que era ponte para a sabedoria. Nos instantes ociosos, então, era possível ter liberdade para usufruir e decidir com autonomia sobre seus desejos para o desenvolvimento do espírito, na busca do conhecimento.

sociedades africanas, baseadas nas relações familiares e de parentesco. Assim, uma pessoa capturada seria submetida a trabalhos forçados na agricultura de pequena escala. Mulheres escravizadas garantiam também a ampliação da família, gerando mais membros para o trabalho. Essa estrutura fazia com que os escravizados fossem gradativamente incorporados às famílias.

O fenômeno da escravização que vamos estudar neste livro é distinto daquele observado na Antiguidade. Como o próprio nome sugere, a escravização moderna se desenvolveu na Idade Moderna e remete a uma complexidade territorial, pois os africanos foram retirados do seu continente e levados como escravizados para trabalhar em outros lugares, principalmente, o continente americano.

A assinatura da lei Áurea, em 13 de maio de 1888, decretou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sob outra, porém o trabalho semelhante ao escravo se manteve de outra maneira. A nova escravidão é mais vantajosa para os empresários que a da época do Brasil Colônia e do Império, pelo menos do ponto de vista financeiro e operacional. No QR Code a seguir, você encontrará um breve paralelo entre o antigo e o novo sistema de escravização.



Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema | Repórter Brasil

A escravidão esteve firmemente estabelecida em todos os primeiros grandes centros de civilização humana e, longe de declinar, de fato aumentou significativamente com o crescimento de todas as épocas e culturas que os povos ocidentais modernos consideram divisores de água em seu desenvolvimento histórico. A Grécia e a Roma antigas não foram meras sociedades com escravos, [...] a escravidão constituía efetivamente a base de suas estruturas socioeconômicas. Muitas sociedades europeias também foram sociedades escravistas genuínas durante períodos críticos de suas histórias. Na Espanha visigótica, na sociedade inglesa arcaica, na França merovíngia e na Europa *viking*, a escravidão — se não foi sempre dominante — não deixou de ser crucial.

A instituição novamente tornou-se significativa na Espanha medieval e na Rússia do século XVI ao final do XVIII. Os escravizados constituíam uma proporção tão grande da população florentina durante os séculos XIV e XV, que transformaram significativamente a aparência da população toscana nativa. Veneza e Gênova, ao longo da Idade Média e do Renascimento, foram extremamente dependentes do trabalho escravo, e as colônias italianas do Mediterrâneo, durante a baixa Idade Média, não apenas eram sistemas escravistas de produção agrícola em larga escala, mas [...] foram os modelos em que se basearam os avançados sistemas de *plantation* das colônias atlânticas ibéricas. Estes, por sua vez, foram os campos de testes para os sistemas escravistas capitalistas das Américas modernas.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: Edusp, 2008.

## A escravização na Idade Moderna

A História não tem divisões intrínsecas. Um camponês ateniense não pensava em si como um homem vivendo na Antiguidade. Entretanto, por uma questão de conveniência e didatismo, o Iluminismo dividiu a história da humanidade nos períodos que conhecemos — Idade Antiga (ou Antiguidade), Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Essa divisão foi feita a partir da aproximação de características sociais e culturais que marcaram as experiências humanas e

definiram os novos cursos históricos. Embora haja essa divisão, as ações humanas são muito complexas, e os diversos marcos históricos não aconteceram exatamente de forma linear e pausada.

## Breve caracterização da Idade Moderna

O período da Idade Moderna (século XV ao século XVIII) foi marcado por uma forte ruptura com os ideais medievais. Com isso, deu-se início a uma nova visão de mundo, ao mesmo tempo que houve uma retomada de princípios da Antiguidade, como a substituição do **teocentrismo** (doutrina que concebe Deus como o centro de tudo) pelo **humanismo** (filosofia que considera o ser humano e a condição humana o centro de todas as coisas). Dessa forma, houve uma gradual cisão entre a ciência e os princípios da Igreja Católica, em um período denominado **Renascimento**. Este termo foi primeiramente utilizado pelo historiador italiano Giorgio Vasari (1511–1574) para descrever o momento de renovação — cultural, estética, artística, social, científica, etc. — pelo qual a Europa passava.

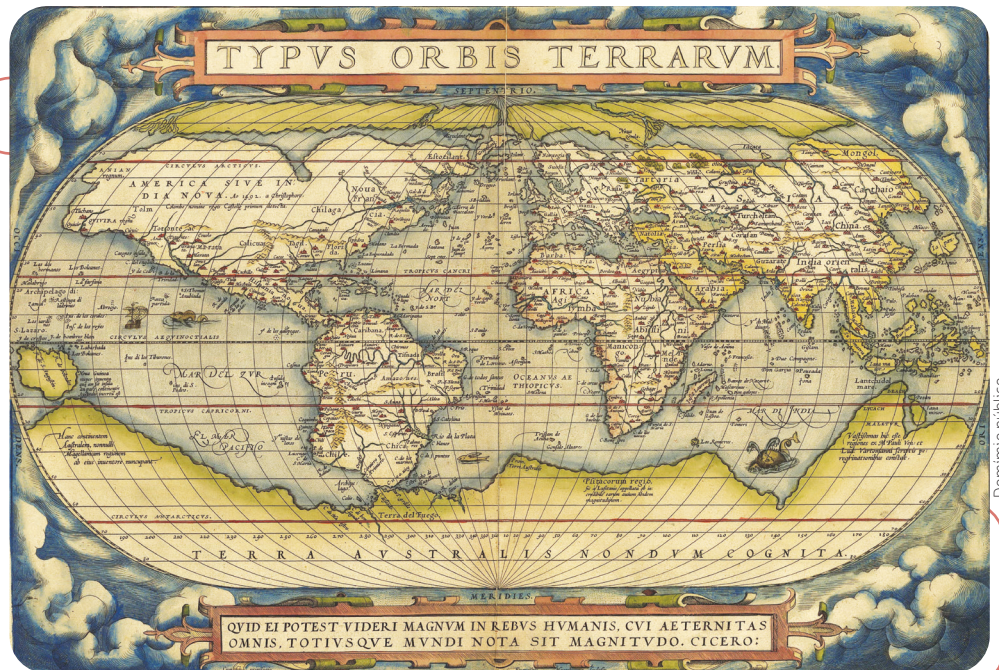


*Galileu de frente para a Inquisição Romana (1857), de Cristiano Banti (1824–1904). Os estudos de Galileu Galilei (1564–1642) são um exemplo de como a Modernidade rompeu com os preceitos da Igreja, pois o astrônomo foi um defensor do **heliocentrismo**, teoria segundo a qual o Sol seria o centro do Universo. Por isso, ele foi perseguido e julgado pelo tribunal da Inquisição Romana, já que, para a Igreja, a Terra seria o centro do Universo.*

Assim, entre os séculos XII e XV, a configuração da sociedade medieval — fundamentada, entre outros fatores, no feudalismo — deu lugar, paulatinamente, aos Estados europeus modernos, nos quais o monarca era o soberano. Com isso, o rei não precisava mais dividir seu poder com lideranças religiosas, como o papa, ou com outros nobres. Tal centralização de poder ocasionou aos Estados modernos a criação de um conjunto de leis que valia para todo o território, a implementação de impostos, a circulação de uma moeda nacional, a criação de uma burocracia com funcionários, e a formação de exércitos subservientes ao monarca. O ápice desse processo ocorreu no século XVI, quando o Absolutismo foi plenamente instaurado.

As práticas econômicas adotadas pelos Estados absolutistas tinham como principal objetivo o acúmulo de riquezas e, para isso, os monarcas interviavam na economia por meio da cobrança de tributos e da exploração de outros territórios. A chegada nesses territórios, por sua vez, só foi possível devido aos conhecimentos científicos desenvolvidos pelos renascentistas, que avançaram nas noções astronômicas e no desenvolvimento de instrumentos essenciais para a navegação. Pelos mares, os Estados europeus chegaram a locais até então desconhecidos por eles, em busca de metais preciosos e especiarias.

Mapa do mundo publicado em 1570, de autoria do cartógrafo e geógrafo Abraham Ortelius (1527–1598). Produzido no século XVI, o mapa foi fruto das expedições marítimas realizadas pelos europeus, sendo estas possíveis graças ao desenvolvimento científico do período. O título do atlas é *Teatro do globo terrestre*.



Domínio público

## A nova ordem socioeconômica em Portugal durante a Idade Moderna

A Europa passou por profundas mudanças entre os séculos XV e XVI. As **grandes navegações** foram um evento crucial que marcou de forma decisiva a Idade Moderna. Essas expedições marítimas, das quais Portugal foi o país pioneiro, permitiram que os Estados europeus chegassem a outros continentes até então desconhecidos por eles, modificando profundamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do mundo ocidental. Nesse período, diversas nações europeias realizaram navegações em busca de riquezas e em nome da fé cristã, criando novas rotas comerciais e estabelecendo novas relações com povos de outros continentes, relações estas, profundamente marcadas por exploração e violência.

Portugal inaugurou as navegações no início do século XV, chegando à cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415. Quando, em 1453, a capital do Império Bizantino, Constantinopla, foi invadida pelos otomanos, fazendo ruir uma grande potência oriental, o acesso dos países ibéricos às especiarias vindas do Oriente ficou limitado, o que fez com que Portugal e Espanha intensificassem as navegações na busca por esses produtos.



Para mais detalhes sobre as **grandes navegações**, assista ao vídeo disponível no QR Code a seguir.



Expansão marítima  
| Quer que desenhe |  
Descomplica

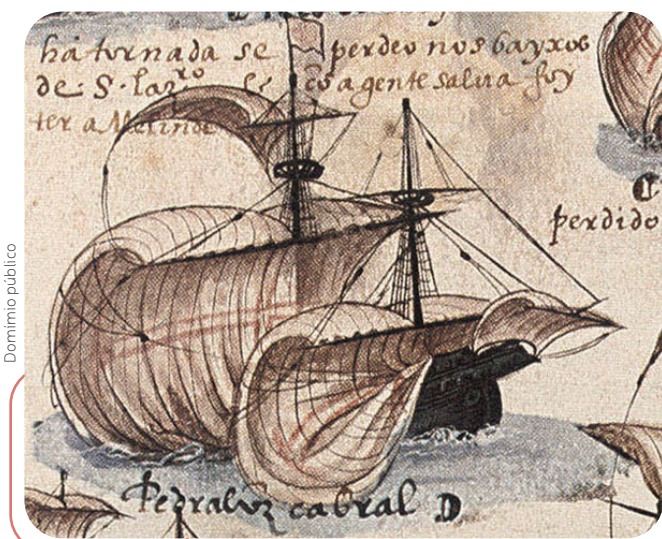


Ilustração de 1979 que representa a nau de Pedro Álvares Cabral, navegador português que chegou ao Brasil em 1500. A imagem está registrada no *Livro das armadas*, que dispõe os desenhos das naus que fizeram parte das expedições marítimas entre 1497 e 1566.

A chegada em outros continentes e o contato com outras culturas fez com que os europeus estabelecessem relações sociais e comerciais singulares com esses povos. Do mesmo modo, a chegada de desconhecidos em territórios da África e da América mudou a dinâmica sociocultural das populações originárias desses locais. Um dos desdobramentos desse intercâmbio foi a escravização de pessoas imposta pelos europeus a outros povos.

Os portugueses chegaram à costa ocidental da África em meados do século XV, quando a escravização no continente já havia atingido uma alta escala devido ao comércio muçulmano, que transformou escravizados em moeda de troca. Os europeus estavam explorando outros territórios em busca de metais preciosos, em especial o ouro, mas, nesse primeiro momento, a comercialização com os reis africanos utilizou a escravização como moeda de troca.

Ao longo dos séculos da colonização portuguesa nos continentes americano e africano, a mão de obra escravizada da África foi utilizada nas colônias para a produção de matérias-primas, que eram destinadas ao mercado europeu — especialmente a cana-de-açúcar, nas colônias portuguesas, e o algodão, nas inglesas. O mercantilismo, o colonialismo e a produção agrícola por meio do *plantation* — ou seja, toda a estrutura econômica que caracterizou a Idade Moderna no Ocidente — aconteceram devido à exploração de escravizados africanos.

A compra e venda de africanos desde o século XVI até o século XIX foi o negócio mais lucrativo executado pelas grandes potências europeias. Praticada em escala global, gerando lucros exorbitantes para as metrópoles e impondo às sociedades africanas um cenário de completa mudança e devastação social, econômica e populacional, a escravização exercida na Idade Moderna foi um fenômeno que teve desdobramentos também nas regiões que receberam os cativos. No Brasil, foram desembarcados quase 5 milhões de africanos, o que fez do nosso país o maior receptor de escravizados das Américas.

No contexto brasileiro, além da exploração africana, os colonizadores portugueses escravizaram os povos originários, seguindo a lógica moderna da colonização. Nos próximos capítulos, vamos estudar como ocorreu e quais foram os efeitos decorrentes desses processos no Brasil.



Reprodução

### **A primeira viagem ao redor do mundo**

**Autor:** Antonio Pigafetta

O livro narra a expedição do navegador espanhol Fernão de Magalhães, que partiu da Europa, em 1519, atravessou os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico e retornou ao Velho Mundo em 1522. A bordo da caravela, estava Antonio Pigafetta, que conta suas memórias nesse livro, publicado pela primeira vez em 1536.

## Refleta sobre o conteúdo



História da escravidão  
| Quer que desenhe |  
Mapa mental | Des-  
complica

1. Para responder à questão proposta, leia com atenção o texto a seguir e assista ao vídeo disponível no QR Code ao lado.

### O que a lei brasileira reconhece como trabalho escravo?

O artigo 149 do Código Penal Brasileiro traz a definição jurídica do que é trabalho análogo à escravidão: “É caracterizado pela submissão de alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou seu preposto”.

Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/02/28/o-que-e-trabalho-analogo-a-escravidao-segundo-a-lei-brasileira.ghtml>. Acesso em 29-mar-2023. Adaptado.

Neste capítulo, vimos que a escravidão é um dos fenômenos mais antigos da humanidade. Embora tenha características próprias, a depender da sociedade e da época, existem alguns aspectos que são similares nas diferentes manifestações desse fenômeno. Sendo assim, explique com suas palavras quais são essas similaridades.

---

---

---

---

2. Leia os textos a seguir para responder à questão.

### Texto I

Os homens do século XVI julgavam estar vivendo em um mundo novo (moderno), embora o passado greco-romano devesse ser respeitado na construção desse novo mundo e do novo homem, liberto do “obscurantismo” medieval. [...]

Podemos definir a modernidade como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida. Nesse sentido, como afirma [o historiador] Jacques Le Goff, modernidade é um conceito estritamente vinculado ao pensamento ocidental, sendo um processo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura. [...]

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. pp. 297–298.

## Texto II

A ideia de uma Idade Moderna foi resultado do pensamento renascentista, que procurava se diferenciar do pensamento medieval. Contudo, essa separação cronológica pensada entre Idade Média e Idade Moderna não significa que os dois períodos são absolutamente distintos um do outro, uma vez que existem historiadores que apontam semelhanças entre eles.

Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna>. Acesso em: 14/04/2023. Adaptado.

O conceito de *modernidade* explicitado no texto se relaciona com:

- a) a ideia de contemporaneidade dos eventos históricos.
- b) a exaltação aos fenômenos que expressem um sentido de evolução tecnológica, isto é, moderna.
- c) a caracterização da Idade Moderna, que foi assim definida pelos seus contemporâneos em contraposição ao período do medievo.
- d) a Idade Moderna, que trouxe inventividades no setor científico, mas permaneceu ligada aos dogmas católicos.
- e) a partição histórica que representa a passagem do antigo para o medieval, no qual eram exaltadas a figura humana e as artes plásticas.

### 3. Leia o texto a seguir.

O trabalho escravo é uma prática que permeia a história mundial. Sua origem está relacionada às guerras e às conquistas de territórios, onde os povos vencidos eram submetidos ao trabalho forçado pelos conquistadores. Pelo que se sabe, os primórdios da escravidão vêm do Oriente Médio, mas povos nas Américas, como os maias, também se serviram de cativos. Tal atividade fez parte de todas as civilizações da Antiguidade, como os assírios, hebreus, babilônios, egípcios, gregos e romanos, variando as suas características a depender do contexto de cada lugar.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/especial-publicitario/colégio-equipe/equipe-mandando-bem/noticia/2021/11/19/saiba-mais-sobre-escravidao-antiga-e-moderna.ghhtml>. Acesso em: 15/05/2024. Adaptado.

Mesmo na Antiguidade, a prática de escravizar pessoas tinha particularidades, a depender da civilização. Considerando isso, escolha uma das civilizações antigas citadas no texto e pesquise como a escravidão se manifestava nessa sociedade.

---

---

---

**4.** (Enem–Adaptada) Leia o texto a seguir.

O fenômeno da escravização, ou seja, da imposição do trabalho compulsório a um indivíduo ou a uma coletividade, por parte de outro indivíduo ou coletividade, é algo muito antigo e, nesses termos, acompanhou a história da Antiguidade até o século XIX. Todavia, percebe-se que tanto o status quanto o tratamento dos escravizados variou muito da Antiguidade greco-romana até o século XIX em questões ligadas à divisão do trabalho.

As variações mencionadas dizem respeito:

- a) ao caráter étnico da escravização antiga, pois certas etnias eram escravizadas em virtude de preconceitos sociais.
- b) à comercialização de escravizados como principal atividade lucrativa de potências europeias na Idade Moderna, que introduziu o escravo enquanto mercadoria no mercado global.
- c) ao uso dos escravizados para a atividade agroexportadora, tanto na Antiguidade quanto no mundo moderno, pois o caráter étnico determinou a diversidade de tratamento.
- d) à absoluta desqualificação dos escravizados para trabalhos mais sofisticados e à violência em seu tratamento, independentemente das questões étnicas.
- e) ao aspecto étnico presente em todas as formas de escravização, pois o escravo era, na Antiguidade greco-romana, como no mundo moderno, considerado uma raça inferior.

**5.** (UFPE–Adaptada) As razões que fizeram com que no Brasil colonial, e mesmo durante o império, a escravidão africana predominasse em lugar da escravidão dos povos indígenas podem ser atribuídas a (à):

- a) setores da Igreja e da Coroa que se opunham à escravização indígena; fugas, epidemias e legislação antiescravista indígena que a tornaram menos atraente e lucrativa.
- b) religião dos povos indígenas, que proibia o trabalho escravo. Preferiam morrer a ter que se submeterem às agruras da escravidão que lhes era imposta nos engenhos de açúcar ou mesmo em outros trabalhos.
- c) reação dos povos indígenas, que, por serem bastante organizados e unidos, toda vez que se tentou capturá-los, eles encontravam alguma forma de escapar ao cerco dos portugueses.
- d) ausência de comunicação entre os portugueses e os povos indígenas e à dificuldade de acesso ao interior do continente, face ao pouco conhecimento que se tinha do território e das línguas indígenas.
- e) um enorme preconceito que existia do europeu em relação ao indígena, e não em relação ao africano, o que dificultava enormemente o aproveitamento do indígena em qualquer atividade.



- 6.** Leia abaixo um trecho de uma entrevista de Abdias do Nascimento, escritor, político e militante do movimento negro:

“Os cultos afro-brasileiros eram uma questão de polícia. Dava cadeia. Até hoje, nos museus da polícia do Rio de Janeiro ou da Bahia, podemos encontrar artefatos culturais retidos. São peças que provavam a suposta delinquência ou anormalidade mental da comunidade negra. Na Bahia, o Instituto Nina Rodrigues mostra exatamente isso: que o negro era um camarada doente da cabeça por ter sua própria crença, seus próprios valores, sua liturgia e seu culto. Eles não podiam aceitar isso.”

Retirado do Portal Afro: [http://www.portalafro.com.br/entrevistas/abdias/internet/abdias.htm](http://www.portalaфро.com.br/entrevistas/abdias/internet/abdias.htm). Acesso em 25/09/2013. Adaptado.

A partir do trecho acima citado, é possível afirmar que:

- a) apesar da escravidão a que estavam sujeitos, os africanos sempre tiveram autonomia para praticar seus cultos religiosos.
- b) ao chegarem ao Brasil e passarem a conviver com os europeus, os africanos escravizados foram paulatinamente perdendo seus traços culturais originais, adotando ao final integralmente a cultura europeia.
- c) mesmo com todo o tipo de repressão a que estavam sujeitos, os africanos escravizados ainda buscaram manter vivas suas tradições culturais religiosas.
- d) Nina Rodrigues e seus seguidores estavam certos ao afirmarem que os africanos eram degenerados por não aceitarem a cultura europeia como superior às suas.

- 7.** (UFSCAR) Leia o texto a seguir.

Quando a notícia chegou ao exterior, explodiram revoltas de escravos em Roma (onde 150 conquistaram contra o governo), em Atenas (acima de 1.000 envolvidos), em Delos e em muitos outros lugares. Mas os funcionários governamentais logo as suprimiram nos diversos lugares com pronta ação e terríveis torturas como punição, de modo que outros estavam a ponto de revoltar-se caíram em si. (Diodoro da Sicília, sobre a Guerra Servil na Sicília, 135-132 a.C.)

É correto afirmar que as revoltas de escravos na Roma Antiga eram:

- a) lideradas por senadores que lutavam contra o sistema escravista.
- b) semelhantes às revoltas dos hilotas em Esparta.
- c) provocadas pela exploração e maus-tratos impostos pelos senhores.
- d) desencadeadas pelas frágeis leis, que deixavam indefinida a situação de escravidão.
- e) pouco frequentes, comparadas com as que ocorreram em Atenas no tempo de Sólon.

# 2



## Escravização de indígenas

Durante os mais de 300 anos nos quais a escravização foi juridicamente legal no Brasil, a mão de obra de indígenas e africanos escravizados foi utilizada na produção de matérias-primas de exportação, no comércio e também no ambiente doméstico. No projeto colonizador, os portugueses exploraram massivamente a mão de obra indígena a partir de 1534, quando implantou o sistema de capitânicas hereditárias, até o fim do século XVI, quando a escravização de africanos passou a ser mais explorada nas capitânicas ricas.

Ao contrário do que algumas narrativas preconceituosas e equivocadas afirmaram por muito tempo, a escravização imposta aos povos indígenas do Brasil não foi mais branda ou menos expressiva do que aquela imposta aos africanos. Também é confusa a narrativa segundo a qual os indígenas foram substituídos por sua suposta “preguiça”. Neste capítulo, vamos saber mais a respeito da escravização dos povos originários brasileiros, que perdurou por todo o período colonial e foi fundamental para a execução e manutenção do projeto colonizador português, inserido na lógica mercantilista moderna.

### Os primeiros contatos

Quando os portugueses chegaram ao território que viria a ser o Brasil, os primeiros contatos com os povos nativos foram relativamente amistosos. Nos primeiros anos de interação, os portugueses e os povos originários, que rapidamente foram generalizados na alcunha de **índios**, estabeleceram relações comerciais que, até certo ponto, foram convenientes para os dois lados, baseadas no sistema de troca, o chamado **escambo**. Os lusitanos estavam

Ao chegarem no litoral do Brasil no início do século XVI, os navegadores portugueses acreditaram, em um primeiro momento, terem chegado às Índias, destino no qual conseguiriam as especiarias que desejavam. Foi por isso que denominaram os povos nativos como **índios**, uma designação genérica que homogeneizou a diversidade de povos existentes no Brasil. É por essa genericidade do termo *índio* que hoje o termo *indígena* é utilizado para se referir aos povos originários.

interessados na extração do pau-brasil, árvore nativa cuja madeira produzia um corante avermelhado muito valorizado na Europa. Os indígenas, que conheciam o território e já se ocupavam de atividades extrativistas, trocavam o pau-brasil por produtos trazidos pelos portugueses, como armas ou instrumentos de metal.

Essa relação mudou a partir de 1534, com a implementação das capitanias hereditárias, por meio das quais os portugueses passaram a explorar a terra a partir da produção da cana de açúcar e do seu processamento nos engenhos. Alguns fatores fizeram com que os indígenas resistissem ao trabalho nos engenhos. O primeiro motivo é que, na cultura nativa, o trabalho na roça era destinado ao público feminino, por isso, os homens se negavam a fazê-lo. E o segundo é que o empreendimento das capitanias acentuou a apropriação portuguesa das terras brasileiras, fato contra o qual muitos povos indígenas passaram a lutar. Assim, os europeus iniciaram as chamadas **guerras justas** contra os indígenas, e os capturados eram escravizados para trabalhar nos engenhos, tipo de edificação que passou a ser cada vez mais comum no litoral. O setor açucareiro passou de 60 engenhos em 1570 para 350 em 1630, devido, em parte, à mão de obra “barata”.

Ainda no século XVI, por volta de 1549, iniciaram-se no Brasil as ações missionárias promovidas pelos jesuítas, com o objetivo de catequizar os indígenas. Na América, a presença dos padres da ordem católica Companhia de Jesus dificultou a escravização dos nativos, pois os religiosos não concordavam com essa prática. Por essa razão, os missionários não foram bem recebidos pelos colonizadores, donatários de terra que queriam mão de obra para a sua produção. Em capitanias bem-sucedidas, como Pernambuco e Bahia, os jesuítas tiveram pouco êxito nas suas missões.

As **guerras justas** eram como os colonizadores denominavam os conflitos entre indígenas e portugueses. Existia uma legislação específica que autorizava o ataque contra os povos nativos. Na lei de 1570, as guerras justas eram aquelas autorizadas pela Coroa ou pelos governadores ou as travadas em nome de uma suposta legítima defesa contra os ataques indígenas. Em 1595, a lei mudou, e tais conflitos só poderiam ser travados com ordem do Rei. Essas guerras serviram para justificar a captura, o aprisionamento e a escravização dos indígenas.



Thiago Santos | Adobe Stock

Ruína de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Ela é um vestígio do período das missões jesuíticas que visavam catequizar os nativos. Hoje, a região é integrada por cinco sítios arqueológicos que fazem parte da lista de patrimônios mundiais por representarem importante testemunho da ocupação do território e das relações culturais que se estabeleceram entre os povos nativos.

Contudo, é importante frisar que o próprio processo de catequização dos indígenas promovia uma violência contra a cultura nativa. As missões mesclavam trabalho, principalmente o cultivo da terra de posse da Igreja Católica, e religiosidade, nas quais os indígenas deveriam abrir mão das suas crenças e assumir a fé cristã para serem considerados “civilizados”, de acordo com os critérios europeus ocidentais.

A *Fundação de São Paulo* (1913), de Antonio Parreiras (1860–1937), traz a representação da presença dos jesuítas em São Paulo, capitania que tem no marco da sua fundação a realização de uma missa da Companhia de Jesus, ordem criada para disseminar a fé católica pelo mundo por meio das missões.



Domínio público

## A mão de obra indígena: entre colonizadores e religiosos

Em 1537, o papa Paulo III publicou uma bula papal afirmando que os indígenas eram pessoas, tinham alma e, portanto, não poderiam ser escravizados. Por isso, em 1570, por pressão dos jesuítas, a Coroa portuguesa editou a primeira lei proibindo a escravização dos povos originários no Brasil. Outras leis no mesmo sentido foram promulgadas em 1587, 1595 e 1609. Contudo, ao contrário do que se pode pensar em um primeiro momento, o papel dos jesuítas foi essencial para o projeto de escravização contra os indígenas. A política de aldeamentos dos missionários provocou uma profunda aculturação, ao forçar diversos povos indígenas a mudar os seus padrões de habitação, de alimentação, de religiosidade e de socialização.

Papa Paulo III, chefe da Igreja Católica entre 1534 e 1549, ano de sua morte. Foi autor da bula papal *Sublimis Dei*, ou *Sublimis Deus*, base das leis que proibiam a escravização de indígenas por considerar sua humanidade. Em um trecho, a bula afirmava que “os indígenas são verdadeiramente homens e que eles não só são capazes de compreender a fé católica, como, segundo nos informaram, anseiam sobremaneira recebê-la”.



Domínio público

A legislação que proibia a escravização dos povos nativos na colônia americana, na verdade, determinava quais povos poderiam ser escravizados: se os indígenas tivessem iniciado o conflito ou se o ataque fosse contra povos hostis aos portugueses, a guerra justa era evocada, o que fazia com que os colonos sequestradores se utilizassem da lei para praticar todo tipo de escravização.

Na prática, as leis que proibiam a escravização encarregavam a tutela dos indígenas para o Estado português, que, por sua vez, concedia essa função aos jesuítas, colonos ou governantes, na tentativa de atender aos interesses diversos desses grupos, cada qual com o seu projeto social e econômico. Eles ganhavam o direito de “administrar” os indígenas, e assim se estabelecia, na teoria, uma relação de troca: os colonos ou jesuítas iriam ensinar aos indígenas a fé cristã, a cultura europeia (de vestimentas, comportamentos, relações sociais) e, em troca, os indígenas prestariam serviços ao administrador. Ou seja, a relação entre os indígenas “administrados” e os colonos era uma relação de escravização, apesar de não ter esse nome.

Além de ser uma relação extremamente vantajosa para os colonos, que garantiam mão de obra sem precisar pagar por isso, esse sistema se baseava em uma concepção eurocêntrica da vivência dos nativos, que considerava que o indígena seria incapaz de gerenciar sua própria vida por não seguir a cultura europeia ocidental.



Domínio público

*Aldeia dos Tapuias* (1835), obra do pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802–1858), representando indígenas aldeados catequizados. *Tapuia* é um termo de origem tupi utilizado durante a colonização do Brasil para designar os indígenas que não falavam o tupi antigo.

A partir da “administração”, sistema que conviveu com o trabalho assalariado de indígenas, bem como com a escravização, a economia açucareira colonial se consolidou e cresceu vertiginosamente no Brasil. Estudos mostram que havia cerca de 35 mil escravizados nos engenhos entre os anos de 1570 e 1630.

## Os indígenas administrados

São Paulo consiste no caso paradigmático da utilização da mão de obra indígena no Brasil colonial. A sociedade paulista estava pautada em uma exploração compulsória da força de trabalho referida, ainda que dissimulada, sob certas designações, sendo mais recorrente o uso do termo *administrado*. Sob essa denominação, os colonos utilizavam-se da força de trabalho indígena, desvinculando-se da prática da escravização, visto que esta esteve proibida na maior parte do período colonial. Portanto, ainda que o indígena administrado não fosse juridicamente um escravizado, estava sujeito a prestar serviços a um particular ou à Coroa, sendo passível de ser usado como dote das filhas dos colonos ou de ser inventariado juntamente com as demais propriedades dos paulistas. O emprego da força de trabalho autóctone foi um elemento estruturador da sociedade paulista, e até o século XVIII, o tráfico de trabalhadores indígenas equivalia em termos numéricos ao tráfico de africanos.

GARCIA, Elisa. A utilização de mão de obra indígena no Rio Grande de São Pedro: o caso dos índios "administrados" (1730–1760). In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica*, 2001. p. 4. Adaptado.

O contato com povos indígenas distintos entre si fez com que os portugueses elaborassem uma classificação para os indígenas, dividindo-os entre **gentios** e **bravios**, ou seja, aqueles que eram aliados e aqueles que eram selvagens, contra os quais se poderia entrar em "guerra justa". Essas denominações, que ainda perduram no pensamento de alguns grupos sociais hoje, fundamentou a justificativa para a captura e o aprisionamento de indígenas, bem como tentava enquadrar os povos originários em classificações que desconsideravam as especificidades de cada povo.

*Família de um chefe Camacã preparando-se para uma festa* (1834), de Jean-Baptiste Debret (1768–1848). A ilustração representa uma família camacã que se prepara para uma festa.

Os Camacã são um grupo indígena brasileiro que, no século XX, foi fundido com outros, passando a se identificar como pataxós hã-hã-hães.



Domínio público

Por meio das guerras justas, eram organizadas expedições armadas para a captura de indígenas. Essas incursões também resultaram nas chamadas **troças de resgate**, nas quais os colonos “resgatavam” indígenas que estivessem sob a guarda de um povo inimigo. Os indígenas aprisionados nas guerras seriam cativos perpétuos, já os “resgatados” obteriam a liberdade após dez anos.

### O imaginário europeu sobre os indígenas justificou o cativo

A superioridade cristã diante dos nativos “degenerados” justificava a conquista: para mudar costumes e valores, era necessário integrar os nativos ao trabalho colonial. No Brasil, os diferentes tipos de trabalho compulsório dos indígenas junto aos aldeamentos expressavam os conflitos entre os projetos coloniais dos missionários e os dos colonos, pois envolviam tanto distintas visões sobre os indígenas quanto a disputa sobre a posse do trabalho indígena, com a consequente consolidação desses respectivos projetos. As “guerras justas” para aprisionamento dos nativos hostis tinham sua legislação baseada em um imaginário difuso sobre práticas indígenas que os europeus consideravam “bárbaras” — canibalismo, poligamia, etc. Tal imaginário era sempre acionado em defesa dos interesses econômicos dos colonos.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, João Pacheco de. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 30. Adaptado.

Os **descimentos**, por sua vez, eram outra forma de captura de nativos. As expedições de descimentos capturavam indígenas considerados mais arredios pelos jesuítas, que ficavam encarcerados nos aldeamentos. Os indígenas aldeados não poderiam ser legalmente escravizados, por isso eles realizavam trabalhos mediante alguma remuneração. Muitas vezes, grupos inteiros de povos indígenas eram deslocados de suas regiões para os aldeamentos, que ficavam próximos das vilas coloniais, um cenário que violentava a cultura indígena.



O Museu Nacional disponibiliza para o grande público a exposição virtual *Os primeiros brasileiros*. A mostra conta com textos e materiais audiovisuais a partir dos quais apresenta questões históricas e contemporâneas sobre os povos indígenas do Brasil.

Para acessar o [site](#), escaneie o QR Code a seguir.



Os primeiros brasileiros | Museu Nacional



Domínio público

*Primeira missa no Brasil* (1860), de Victor Meirelles (1832-1903). A pintura foi inspirada na primeira missa que aconteceu no Brasil, relatada na carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal. A primeira missa no Novo Mundo foi um ritual simbólico para os cristãos, pois representou o início do cristianismo em um território até então desconhecido e habitado por indígenas, ou seja, por diversas pessoas que, pela perspectiva da Igreja, poderiam ser catequizadas.

# A continuidade da mão de obra indígena no Brasil colonial

No fim do século XVI, a oferta de escravizados indígenas começou a declinar no Brasil. Uma das principais causas foram as epidemias que circularam no território nos primeiros anos da colonização, que mataram um enorme número de nativos. Em contato com os europeus e também com os africanos, os indígenas se contaminaram com enfermidades para as quais eles ainda não tinham desenvolvido imunidade, como sarampo, febre amarela, gripe, varíola, entre outros vírus.

Além das epidemias, a “guerra justa” para a captura dos nativos também foi um fator que implicou na alta mortalidade dos indígenas e na consequente diminuição da disponibilidade da sua mão de obra. No entanto, os aldeamentos organizados pelos jesuítas também foram letais para os povos nativos. Nesses espaços, as doenças se propagavam mais rápido e, sendo os indígenas mais vulneráveis a elas, padeciam rapidamente.

Os aldeamentos também promoviam a desorganização das populações indígenas, que ficavam sem poder de reação a quaisquer ataques. A partir de um certo momento, os aldeamentos passaram a ficar na mira dos **bandeirantes**, que viam as missões como alvo fácil para o ataque e captura dos indígenas.

O grupo dos **bandeirantes** surgiu no período colonial, sendo responsável por adentrar interiores e sertões em busca de metais preciosos e indígenas para capturar. Foram os responsáveis pela interiorização do Brasil, mas também pela escravização, violência e dizimação de diversos povos indígenas.

Para entender melhor quem foram os bandeirantes, assista ao vídeo disponível no QR Code a seguir.



História - Bandeirantismo ENEM | Educa Mais Brasil

*Ciclo da caça ao índio (1922), pintura de Henrique Bernardelli (1857–1936). A obra reforça o imaginário brasileiro em relação à figura do bandeirante, considerado um desbravador e aventureiro. Na pintura, é possível observar a iluminação centralizada neste personagem enquanto os indígenas estão desprotegidos e no escuro.*



Domínio público



Os indígenas também lançaram mão de formas de resistência que fizeram com que houvesse uma sensível diminuição da disponibilidade da sua mão de obra. As fugas, por exemplo, foram um elemento importante nesse sentido. Por conhecerem o território e, muitas vezes, estarem sendo designados a atividades de extrativismo — o que possibilitava a circulação mais livre —, muitos indígenas fugiam para locais distantes de onde eram cativos. O custo para fazer a captura e transportar até os engenhos litorâneos esses indígenas que se embrenhavam no Sertão era muito alto, o que desestimulava os colonos.

As revoltas indígenas, outro tipo de resistência executada pelos nativos, foram uma constante desde o início da colonização do Brasil. Fosse contra portugueses ou contra outros europeus que chegavam ao território da América colonial, os indígenas empreenderam levantes contra as tentativas de escravização e de ocupação das suas terras.



Estátua em homenagem a Mandu Ladino, localizada no pátio da Central de Artesanato Mestre Dezinho, em Teresina, no estado do Piauí. Mandu Ladino, de etnia Arani, foi o líder indígena da revolta que levou seu nome e que insurgiu os tupis contra a expansão dos fazendeiros pecuaristas na capitania do Piauí, que adentravam as terras indígenas, em um conflito que se estendeu de 1712 a 1719.



O episódio *Resistências e rebeliões indígenas no século XVIII*, do podcast *Hora Americana*, conta com a participação da professora da Universidade Federal Fluminense Elisa Garcia para falar sobre outras revoltas indígenas ocorridas no século XVIII. Você pode acessá-lo pelo QR Code a seguir



**#36 - Resistências e rebeliões indígenas no século XVIII | Hora Americana**

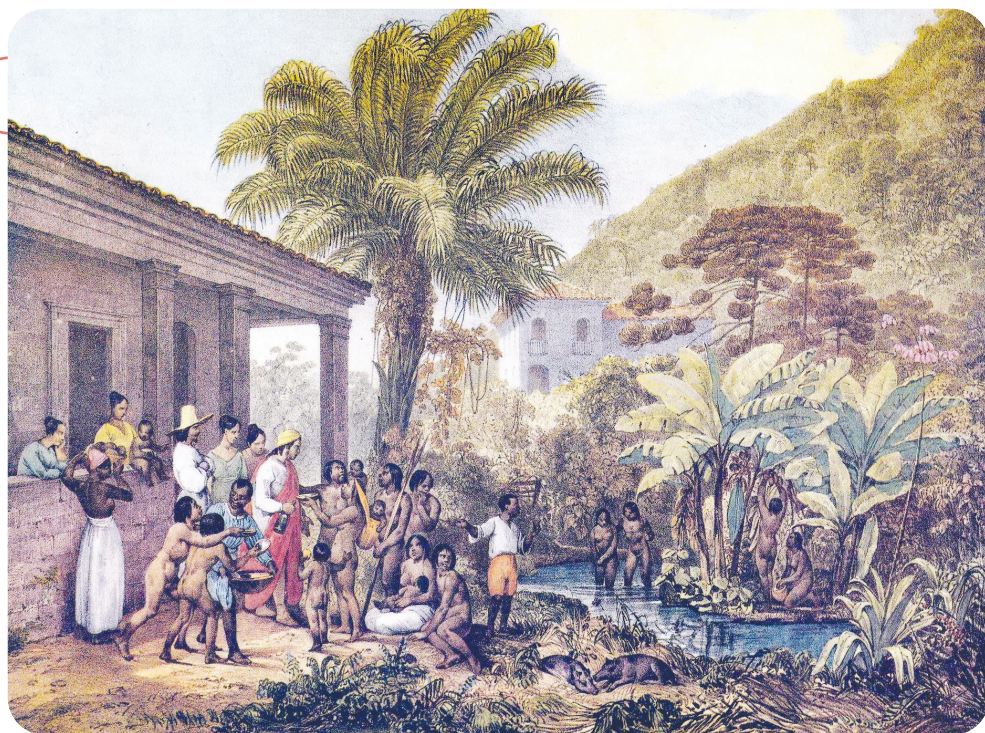
Paulatinamente, a utilização de africanos se tornou mais lucrativa para muitos colonizadores. A própria Coroa portuguesa via com bons olhos a troca da mão de obra escravizada do indígena para o africano, pois, assim, ela poderia atuar como intermediária no comércio entre África e Brasil, o que certamente geraria muitos rendimentos, enquanto o apresamento de indígenas era um negócio exclusivo dos colonos.

Entretanto, a diminuição da disponibilidade da mão de obra indígena não significou o fim da escravização desses povos. Em diversas regiões da colônia,

a escravização indígena perdurou até fins do século XVIII. Isso se deu especialmente nos territórios mais pobres, nos quais os colonos não tinham condições de comprar escravizados africanos. Na capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo, a escravização indígena foi por muito tempo a principal base econômica e social, sendo a região de onde saíram as principais expedições de bandeirantes. Por não conseguirem importar cativos africanos em número expressivo, os colonos paulistas utilizaram massivamente a mão de obra escravizada dos indígenas até o período anterior ao ciclo cafeeiro, já no século XIX.

Na região de Minas Gerais, o uso da mão de obra escravizada indígena também chegou até o século XVIII, muito influenciada pela migração de colonizadores de São Paulo para a região mineira, em busca dos lucros obtidos por meio da extração de metais preciosos, especialmente o ouro. No início do século XVIII, o escravizado indígena gentio tinha um alto preço no mercado e correspondia à grande parte do inventário de colonos daquela localidade. Na região do ouro, a alta mortalidade dos indígenas — somada à sua baixa taxa de natalidade, bem como a outros fatores já citados, como fuga e morte por epidemias — fez com que a escravização africana lentamente ganhasse cada vez mais espaço. A escravização indígena foi sendo deslocada para áreas periféricas da região aurífera, sem nunca deixar de estar presente na Zona da Mata mineira.

*Índios em uma fazenda em Minas Gerais (1824), de Johann Moritz Rugendas (1802–1858), retratando a presença indígena na região mineira. O pintor alemão esteve no Brasil entre 1822 e 1825, o que aponta para a permanência de indígenas como mão de obra de colonizadores no século XIX.*



Domínio público

Na parte norte do país, na Província do Grão-Pará, a principal mão de obra utilizada até o final do século XVIII foi a das populações indígenas escravizadas. A escravização de nativos era tão forte na região que, quando, em 1755, foram publicadas as *Leis de liberdade dos índios*, a população ameaçou se revoltar e prestar obediência ao rei francês, desde que ele jurasse manter escravizados os indígenas. Poucos anos depois, em 1758, foi publicado o documento intitulado *Diretório dos Índios*, de autoria de Marquês de Pombal. A legislação trazia uma

série de diretrizes para serem seguidas nas colônias portuguesas, que buscavam controlar e dominar as populações indígenas. Apesar de proibir a escravização de povos nativos, o Diretório regulava a liberdade das populações indígenas e institucionalizava seu trabalho forçado em outros parâmetros, como o caso dos indígenas “administrados”, que vimos anteriormente.

No Vale Amazônico, a dependência do trabalho do escravizado indígena perdurou até fins do século XVIII. As missões religiosas da Companhia de Jesus tinham o domínio da região, e indígenas que viviam aldeados pelos jesuítas eram responsáveis por coletar as chamadas **drogas do sertão**, produtos sobre os quais os religiosos tinham o monopólio da comercialização, ou seja, por meio dos quais ganhavam muito dinheiro. O Diretório do Índio teve profundas implicações no Vale Amazônico. Em 1759, o Marquês de Pombal acusou os jesuítas de conspirarem contra o Estado português e fomentarem a rebelião dos indígenas contra os europeus, e expulsou os religiosos do Brasil.

Com os decretos articulados pelo Marquês de Pombal, o controle das missões passou para funcionários da Coroa e, assim, os colonizadores articularam outras formas de perpetuar o cativo indígena. É nesse período que se intensificam os sequestros, os casamentos forçados e a escravização ilegal, entre outras práticas que se perpetuam até hoje na história do Brasil.

As **drogas do sertão** é como eram chamadas as especiarias obtidas do que se entendia como Sertão brasileiro no período colonial. Eram produtos como baunilha, cacau, guaraná, anil, salsa e diversos outros tipos de plantas e raízes. Essas especiarias movimentavam a economia do norte da colônia brasileira, que não desenvolveu a plantação de cana de açúcar ou de café, como em outras regiões.

## O Diretório dos Índios

[...]

Até aquele momento, as possessões portuguesas na América constituíam duas unidades administrativas: o Estado do Brasil, abarcando todo o litoral leste e toda a área ao sul das Minas Gerais, com capital em Salvador; e o Estado do Maranhão, englobando parte do litoral norte e toda a região interior, desde a foz do rio Amazonas até quase as suas cabeceiras, com capital em Belém do Pará. [...]

Assim, a área que o Tratado de Madri definia como sendo de Portugal requeria a intervenção imediata da Metrópole, no sentido de fazê-la cumprir o seu destino – tornar-se um espaço de produção de riquezas em favor do comércio colonial. Para tanto, todavia, a Metrópole teria de lidar com alguns entraves.

As missões religiosas representavam um obstáculo para as pretensões metropolitanas. Por um lado, elas detinham o controle virtual das populações indígenas, por concessão do rei. Por outro, e em função desse mesmo controle, elas haviam se tornado as grandes forças econômicas da região, uma vez que o indígena era a força motriz da economia extrativa praticada. Isentas do pagamento de tributos, acabavam por se constituir em concorrentes imbatíveis no comércio e em inibidoras de qualquer iniciativa privada. Não por outra razão, a tutela exercida pelos missionários, em relação às populações indígenas, foi abolida.

Assim, tornou-se necessário, diante da nova configuração, regular a liberdade concedida aos nativos e encaminhá-los para os fins almejados – torná-los habitantes estáveis das diversas povoações coloniais e agentes produtores das riquezas esperadas. O Diretório dos Índios constituiu, então, a estratégia adotada. Seus noventa e cinco parágrafos arrolam uma série de medidas com vistas à integração do indígena à sociedade colonial e à sua transformação em um trabalhador ativo.

► Para tanto, todavia, era necessário fazer com que as populações indígenas habitantes do Vale se transferissem para as povoações erigidas para recebê-las. Foi no contexto dos processos de convencimento daquelas populações que a natureza das chefias indígenas sofreu uma alteração decisiva.

COELHO, Mauro Cezar. O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: uma inflexão. *Campos*, v. 7, n. 1, p. 117-134, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/5444/3999>. Acesso em: 14 abr. 2023.

De 1534 até meados do século XIX, muitos povos indígenas foram massacrados e escravizados por colonizadores europeus. A escravização dos nativos esteve diretamente ligada à lógica mercantilista e comercial da economia global que se iniciou no século XVI e que reverberou por séculos.

A colonização do território que hoje chamamos de Brasil só foi possível graças à utilização da mão de obra escrava, que maximizava os lucros dos colonizadores. Ao contrário do que se perpetuou no senso comum, a escravização das populações originárias não cessou com a chegada dos escravizados africanos. Elas coexistiram no contexto do período colonial, sendo a base do projeto colonizador português.

## Refleta sobre o conteúdo

1. (Enem–Adaptada) Leia o texto abaixo para responder à questão.

De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares [...]. Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente.

Carta de Pero Vaz de Caminha. In: MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2001.

A carta de Pero Vaz de Caminha é um documento no qual foram registradas as primeiras impressões de Caminha sobre a terra recém-descoberta pelos portugueses e que, por essa razão, é considerado o primeiro documento escrito da história do Brasil. No trecho da carta apresentado, o relato enfatiza o seguinte objetivo:

- a) valorizar a catequese a ser realizada sobre os povos nativos.
- b) descrever a cultura local para enaltecer a prosperidade portuguesa.
- c) transmitir o conhecimento dos indígenas sobre o potencial econômico existente.
- d) realçar a pobreza dos habitantes nativos para demarcar a superioridade europeia.
- e) criticar o modo de vida dos povos autóctones para evidenciar a ausência de trabalho.

**2.** Leia o texto a seguir e depois responda à questão.

Na medida que o escambo se mostrou um modo pouco eficaz para atender às necessidades básicas dos europeus, estes procuraram reformular a base da economia colonial por meio da apropriação direta da mão de obra indígena [...].

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A consequência direta da situação descrita no texto acima foi:

- a) a ligação religiosa entre portugueses e indígenas.
- b) a absorção dos portugueses à cultura nativa.
- c) a submissão dos indígenas aos votos protestantes.
- d) a escravização dos indígenas.
- e) a proletarização dos indígenas.

**3.** Leia o texto em seguida para responder à questão.

Os jesuítas definiam-se como ativistas. Como outros diversos movimentos reformistas da época, eles defendiam o cristocentrismo, o desejo de purificação moral do espírito, a autocensura, a pedagogia, a formação humanística e a ética do trabalho organizado e produtivo. Em 1549, apenas quinze anos depois de sua fundação e somente nove anos após a obtenção da licença papal, a Companhia de Jesus já se engajava, ao mesmo tempo, em todos os continentes, empregando os mesmos métodos, em locais tão distantes entre si como o Rio de Janeiro, a Renânia e o Japão.

Disponível em: <http://brasil-alemanha.com/capitulo/16sec/A-contribuicao-dos-jesuítas-alemaes.php>. Acesso em: 09/02/2023.

A partir das características elencadas no texto e com base nos seus conhecimentos sobre a atuação dos jesuítas no Brasil, assinale a alternativa **correta**.

- a) Os jesuítas atuaram no Brasil no sentido de proibir a escravização indígena, direcionando os povos nativos para funções dentro da Igreja Católica.
- b) A partir da bula papal *Sublimis Dei*, os jesuítas exigiram o fim da escravização indígena no Brasil, o que gerou conflitos com a Coroa portuguesa, que não aceitou a reivindicação.
- c) Apesar de combater a escravização indígena no período colonial, os jesuítas promoviam uma violenta aculturação dos povos originários, contribuindo com o próprio sistema escravista colonial.
- d) A expulsão dos jesuítas do Brasil no século XVIII teve a ver com os aldeamentos indígenas, uma vez que a ordem da Companhia de Jesus criou o sistema de administração dos indígenas, desagradando a Coroa portuguesa.
- e) Os colonos se viram ameaçados com a chegada dos jesuítas no Brasil, por isso os padres tiveram pouca inserção no território brasileiro, sendo sua atuação restrita ao litoral nordestino.

**4.** (Enem–Adaptada) Leia o texto a seguir.

A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm fé, nem lei, nem rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem, além disto, conta, nem peso, nem medida.

GÂNDAVO, P. M. *A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. Adaptado.

A observação do cronista português Pero de Magalhães Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada demonstra a:

- a) simplicidade da organização social dos grupos indígenas brasileiros.
- b) dominação portuguesa imposta aos indígenas no início da colonização.
- c) superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
- d) incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
- e) dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

**5.** A leitura do texto seguinte ajudará a responder à questão.

Terão particular cuidado de que o Apontador Francisco João da Cunha com os índios e ferramentas necessárias trabalhem na data de sua Alteza que lhe mandei medir no Ribeiro de N. Senhora da Conceição, e o ouro que tirarem os índios, se entregará com recibo ao Apontador Francisco João da Cunha.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravização indígena em Minas Gerais, 1711–1725. *Revista Brasileira de História*, v. 34, 1997.

O trecho faz parte do documento histórico *Instrução de Regimento de D. Rodrigo de Castelo Branco*, ofício de 1679 que destaca as orientações para a extração de ouro em Minas Gerais. A partir da análise do texto e com base nos seus conhecimentos sobre a utilização da mão de obra indígena no período colonial, podemos afirmar que:

- a) a escravização indígena se destacou no século XVI, desaparecendo a partir de meados do século XVII, com a chegada de escravizados africanos.
- b) a região de Minas Gerais foi uma das primeiras a abolir a escravização de povos nativos, com exceção do povo carijó, que permaneceu cativo até o século XX.
- c) a mão de obra indígena assalariada foi largamente utilizada na região mineira, sobrepujando a mão de obra escravizada.
- d) a região aurífera foi a única a incorporar a escravização indígena após o século XVI, o que explica a composição étnica da sociedade mineira contemporânea.
- e) a escravização de indígenas não foi um fenômeno restrito ao início da colonização, chegando até o século XVIII em algumas regiões do Brasil.

**6.** Leia o seguinte texto para responder à questão.

O projeto colonial português envolveu uma política indigenista que fragmentava a população autóctone em dois grupos polarizados, os aliados e os inimigos, para os quais eram dirigidas ações e representações contrastantes. O emprego da força permitido pela legislação dependia dessa avaliação, bem como dos contextos e dos interesses (muitas vezes, divergentes) da administração portuguesa na metrópole e na colônia.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, João Pacheco de. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 35.

A fragmentação referida no texto foi utilizada pelos europeus para justificar:

- a) as chamadas guerras justas, que capturavam e escravizavam os indígenas “inimigos”.
- b) a escravização dos povos nativos que não professavam a fé cristã.
- c) a catequização de povos indígenas no sistema de missões dos jesuítas.
- d) os cercamentos, que estimulavam os povos “aliados” a produzirem cultura de subsistência.
- e) a exterminação de todos os povos indígenas, considerados povos sem alma, mesmo quando se tornavam aliados dos europeus.

**7.** Leia os textos a seguir para responder à questão.

**Texto I**

A ausência de um sistema de escravização não significava, porém, a inexistência de elementos coercitivos (aliás, comuns na pedagogia da época) nem de conflitos na relação entre os missionários e os indígenas. As missões não eram apenas um empreendimento religioso, mas também econômico e político militar.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, João Pacheco de. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 37.

**Texto II**

Sobre os povos indígenas, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, em seu artigo 20, item c, visa garantir que “trabalhadores pertencentes a esses povos não sejam submetidos a sistemas coercitivos de contratação [...]”.

Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf). Acesso em: 25/04/2023.

Entre os elementos coercitivos infligidos aos indígenas na escravização, estavam:

- a) os julgamentos sem acusação e o processo inquisitório.
- b) o flagelo público e os castigos físicos.
- c) o sistema de administração e a proibição do uso da língua materna.
- d) a proibição do uso da língua materna e os castigos físicos.

**8.** Leia a letra de canção a seguir.

Sou Pataxó  
Sou Xavante e Cariri  
Ianomani, sou Tupi  
Guarani, sou Carajá  
Sou Pancaruru  
Carijó, Tupinajé  
Potiguar, sou Caeté  
Ful-ni-o, Tupinambá

Mas de repente  
Me acordei com a surpresa  
Uma esquadra portuguesa  
Veio na praia atracar  
Da grande-nau  
Um branco de barba escura  
Vestindo uma armadura  
Me apontou pra me pegar

É assustado  
Dei um pulo lá da rede  
Pressenti a fome, a sede  
Eu pensei: Vão me acabar  
Me levantei de borduna já na mão  
Ai, senti no coração  
O Brasil vai começar

NÓBREGA, Antonio; FREIRE, Wilson. *Chegança*, 1998.

O trecho dessa letra de canção narra o primeiro contato entre os portugueses e as populações nativas que viviam no território que hoje conhecemos como Brasil. A partir da análise da letra e de seus conhecimentos sobre o tema, assinale a alternativa **correta**.

- a) O encontro entre europeus e indígenas foi cordial e amistoso, o que possibilitou uma bem-sucedida e pacífica colonização do Brasil nos moldes mercantilistas do século XVI.
- b) A chegada dos portugueses foi letal para as populações indígenas brasileiras, que foram exterminadas meses depois da primeira esquadra portuguesa atracar onde hoje se localiza Porto Seguro, na Bahia.
- c) Os versos “Um branco de barba escura/ Vestindo uma armadura/ Me apontou pra me pegar” remetem ao movimento dos tapuias, que penetravam os sertões para a captura de indígenas fugidos.
- d) A receptividade dos indígenas à chegada dos europeus foi crucial para o estabelecimento do sistema de trocas e, posteriormente, para a colonização, o que garantiu a boa relação entre as duas culturas até o fim do período colonial.
- e) A denominação genérica *índio*, dada às populações indígenas pelos europeus quando estes chegaram ao Brasil, promoveu um apagamento da diversidade desses povos, ideia que se perpetua até hoje na sociedade brasileira.



Acesse o QR Code a seguir para ouvir na íntegra a canção interpretada por Antonio Nóbrega, que também compôs a música em parceria com Wilson Freire.



**Chegança | Antonio  
Nóbrega**



# Resumo da escravização indígena no Brasil

## Contexto

O litoral do território brasileiro era ocupado por vários grupos indígenas no começo do século XVI.

Como se organizavam os grupos nativos à época da chegada portuguesa?

Qual era o objetivo dos portugueses nesse território?

## A escravização indígena

A mão de obra escravizada indígena foi bastante utilizada no século XVII, sendo substituída a partir de 1682 pelos escravizados africanos, inicialmente por meio da Companhia Geral de Comércio do Estado do Maranhão. A escravização indígena, entretanto, só foi oficialmente proibida em 1757, pelo Marquês de Pombal.

Quais motivos levaram a essa mudança?

Quais foram as principais atividades desempenhadas pelos escravizados indígenas no século XVII?

Qual foi a realidade indígena durante e após a proibição oficial de sua escravização?

## Características da escravização indígena

Os indígenas resistiam ao tipo de trabalho demandado nos engenhos. Além disso, muitos indígenas morreram nas primeiras décadas da colonização, com a simples exposição aos europeus, enfraquecendo diversas nações indígenas e sua habilidade de resistir aos avanços lusitanos.

Além da natural resistência à escravização, que outros motivos estavam associados à resistência indígena nos engenhos?

Quais foram os motivos das baixas nos momentos iniciais da colonização?

## Relação entre indígenas e europeus

A primeira relação entre eles foi de escambo. Entretanto, com o tempo, os europeus recorreram à escravização de indígenas.

O que configura o escambo?

Como a relação entre portugueses e indígenas foi modificada?

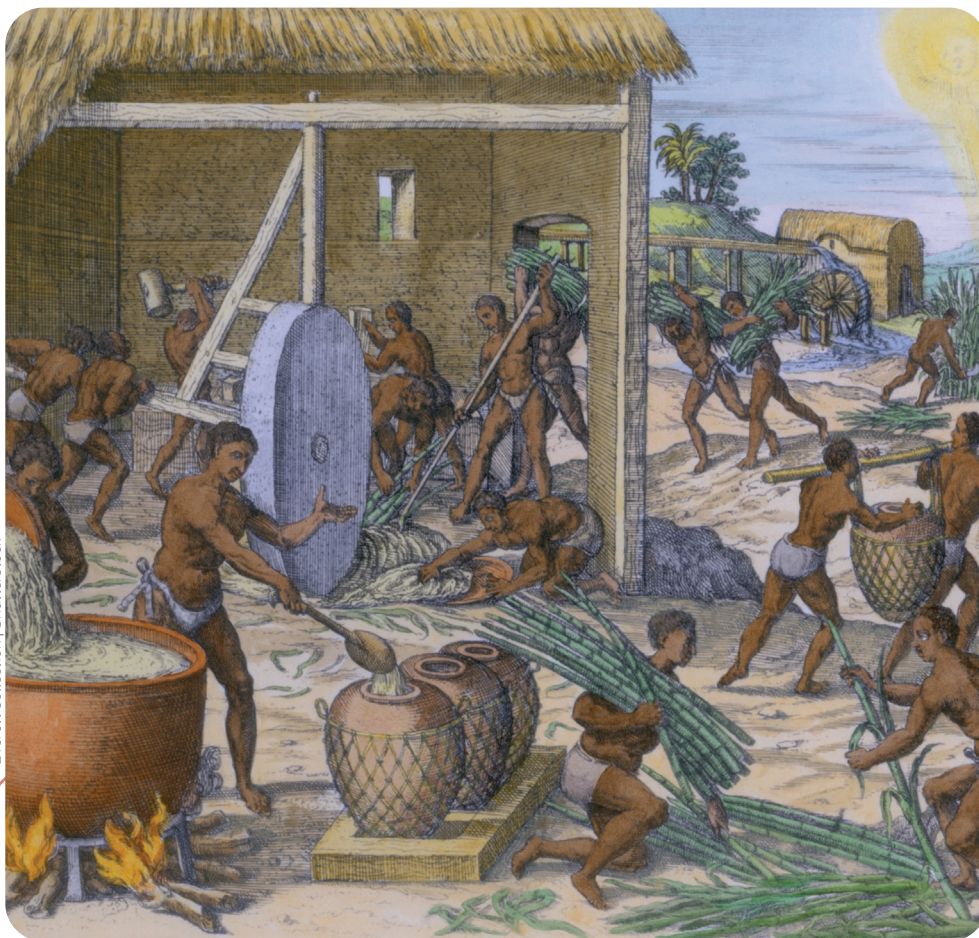
# 3

## Escravização de africanos

Até o ano de 1889, escravizar pessoas no Brasil era legal do ponto de vista jurídico. Povos indígenas e africanos foram os principais alvos dos colonizadores europeus que se instalaram no continente americano. Vimos no capítulo passado que os nativos foram submetidos ao cativeiro ao longo de todo o período colonial. Mesmo existindo leis que, em teoria, os protegiam da escravização, os colonizadores burlavam a legislação ou criavam justificativas para perpetuar a escravização indígena.

Assim como a escravização de indígenas brasileiros, a escravização de povos africanos teve início nos primeiros anos da colonização do Brasil, pouco tempo depois da instalação das capitânicas hereditárias. Registros mostram que os escravizados vindos da África começaram a chegar no país na década de 1560. O comércio de africanos rapidamente se tornou um negócio rentável para os traficantes e colonizadores, além disso, serviu como uma espécie de solução para a proibição da escravização indígena. Por essas razões, passou a ser a mão de obra predominante no Brasil a partir do século XVI.

A escravização praticada no Brasil no período colonial, tanto de indígenas quanto de africanos, se inseriu na lógica da economia mercantil moderna. No entanto, a escravização de africanos apresentou algumas singularidades quando comparada com a de indígenas. Neste capítulo, vamos estudar os principais elementos da escravização de africanos no Brasil, desde a chegada desses povos ao nosso país até a resistência empreendida por esses povos, compreendendo de que maneira a utilização da mão de obra escravizada africana foi a base para a sustentação das colônias americanas.



A obra *Como os escravos extraem cana de açúcar no Caribe e no Brasil* (1595), de Theodore de Bry (1528–1598), mostra o trabalho de africanos escravizados nos engenhos. Nos primeiros anos da colonização, a mão de obra africana concentrava seu trabalho na plantação e no processamento da cana e nos trabalhos domésticos na casa dos seus senhores.

## Mitos e verdades sobre a escravização de africanos no Brasil

Antes de nos aprofundarmos na história da escravização imposta aos povos africanos, precisamos desconstruir algumas concepções equivocadas a respeito desse processo. Há um mito muito comum que afirma que a escravização de africanos na Idade Moderna se justificou porque as próprias sociedades africanas já praticavam a escravidão antes da chegada dos europeus. Esse mito se vale de uma premissa verdadeira — de fato, existia escravidão em sociedades africanas, assim como em outras sociedades ao redor do mundo —, mas sugere uma conclusão falsa: por já existir a escravidão, os africanos teriam maior predisposição para serem escravizados.

Não é verdade que os africanos eram mais inclinados à escravização. Para elucidar o porquê dessa premissa ser falsa, precisamos compreender como se estruturavam as sociedades africanas antes da chegada dos europeus e como esse contato mudou completamente as dinâmicas sociais dos povos de África, provocando um fenômeno conhecido como **diáspora africana**. Compreender as sociedades africanas é saber também que a história da população negra no Brasil e das sociedades africanas não começou com a chegada dos europeus ao velho continente no século XV.

**Diáspora** é a dispersão de um povo da sua região de origem por motivos políticos ou religiosos. Quando falamos em **diáspora africana**, estamos nos referindo a um fenômeno sociocultural e histórico que ocorreu em países do continente africano devido ao deslocamento forçado de diversos povos africanos em consequência da escravização que perdurou da Idade Moderna ao final do século XIX. Tal fenômeno deslocou forçadamente milhares de mulheres, homens e crianças que foram, na sua maioria, trazidos para o continente americano.

## A história do negro no Brasil começa na África

A história do negro brasileiro não teve início com o tráfico de escravos. É uma história bem mais antiga, anterior à escravização nas Américas e à vida de cativo no Brasil. Trata-se de uma saga que se cruza com a aventura dos navegadores europeus, principalmente os portugueses, e com a formação do Brasil como país. Conhecer a história da África é fundamental para entender como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas. Por isso, para compreendermos a trajetória dos negros brasileiros, é preciso saber como e por que o continente africano se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO FRAGA, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 13. Adaptado.

A escravização é um fenômeno observado no mundo desde os tempos antigos. Em diversas sociedades da Antiguidade, desde a mesopotâmica até a romana, o trabalho de escravos foi a base da economia. De modo similar, no continente africano, a escravização esteve presente desde os tempos mais remotos, como no Egito Antigo.

Os **gladiadores**, figuras muito conhecidas da sociedade romana antiga, eram guerreiros que participavam de torneios de lutas nas arenas, cujo objetivo era lutar até a morte.

Os gladiadores eram, na maioria, escravos, prisioneiros de guerra ou condenados por crimes. Além de gladiadores, os escravos em Roma também participavam das atividades agrícolas e domésticas.



Matroska | Adobe Stock

Hieróglifo de escravos egípcios trabalhando. No Egito Antigo, os escravos viviam de acordo com a função desempenhada por eles. Os que exerciam atividades domésticas, por exemplo, eram tratados melhor que os que trabalhavam no campo.



BasPhoto | Adobe Stock

Esse regime de trabalho, entretanto, não estava presente apenas nos grandes reinos da Antiguidade. Em se tratando do continente africano, é preciso compreender que ele é composto por diferentes sociedades que, ao longo do tempo, organizaram-se de maneiras distintas. Por exemplo, na Idade Antiga, algumas sociedades africanas formaram grandes reinos e impérios, como o Egito e a Núbia. Contudo, houveram sociedades que se organizaram em grupos formados por várias aldeias que, por sua vez, formavam uma confederação. Cada um desses tipos de sociedade tinha um grau de complexidade distinto na forma de administrar o comércio, a defesa, a justiça e a organização social como um todo. Porém, uma característica comum a algumas dessas sociedades era a estruturação a partir da fidelidade ao chefe e das relações de parentesco.

### A organização das sociedades africanas

Em algumas sociedades africanas, as aldeias podiam estar articuladas umas com as outras, formando uma confederação de aldeias, que prestava obediência a um conselho de chefes. Nesses casos, cada uma delas obedecia ao seu chefe e decidia sobre seus assuntos, mas, em certas situações, aquele aceitava a liderança do conselho, que tomava decisões relativas ao conjunto de aldeias, e não a uma ou outra em particular.

Casamentos entre pessoas de diferentes famílias e trocas de produtos eram os principais motivos que faziam com que várias aldeias mantivessem contato. As confederações eram formas de organização social mais amplas que as aldeias, que envolviam mais pessoas, mas nas quais não havia um chefe com autoridade sobre todos os outros, pois as decisões eram tomadas por representantes do conjunto de aldeias que participavam desse sistema.

[...]

Além das aldeias, das confederações, dos reinos e dos grupos nômades (que podiam tanto ser pastores do deserto como coletores e caçadores da floresta), havia sociedades organizadas em cidades, mas que não chegavam a formar um reino. Essas cidades geralmente eram cercadas, fosse de paliçadas, fosse de muros feitos de terra. Também eram centros de comércio, onde diferentes rotas se encontravam. Por trás dos muros, funcionavam os mercados, moravam os comerciantes e os vários chefes, que tinham diferentes atribuições e viviam em torno do rei. Este morava em construções maiores que todas as outras e com decoração especial, cercado de suas mulheres, dependentes, funcionários, colaboradores e soldados.

Artesãos se agrupavam conforme suas atividades: os que fiavam, tingiam e teciam o algodão e a lã; os que fundiam o ferro, faziam armas e utensílios de trabalho; os que faziam joias, potes de cerâmica, esteiras de palha, bolsas de couro e arreios. Nos arredores das cidades, viviam agricultores e pastores que abasteciam de alimentos os moradores e também os que estavam de passagem.

SOUZA, Marina Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Editora Ática, 2007, p. 31–33.  
Adaptado.

O trabalho forçado estava presente na maioria dessas organizações sociais da África, apesar de ter sido mais comum observá-la, sobretudo, nas capitais e nos centros comerciais, já que nesses locais havia maior circulação de riquezas. Em cada sociedade, as pessoas submetidas a essa forma de trabalho assumiam um papel mais ou menos central: trabalhavam nas atividades rurais e domésticas e integravam o exército, bem como as caravanas comerciais. Nesse contexto, as mulheres, muitas vezes, eram incorporadas ao harém do rei.

As guerras eram o principal meio de capturar pessoas, contudo homens, mulheres e crianças também poderiam virar prisioneiros por cometerem crimes ou mesmo por não terem outro meio de sobreviver, situação na qual pessoas se entregavam a alguma família como serva para ter acesso à comida, moradia e segurança. Esse tipo de regime de trabalho era conhecido como **escravidão doméstica**, na qual o aprisionado realizava as atividades domésticas que garantissem a sustentação e a sucessão da linhagem familiar. Nessa lógica, as mulheres eram, inclusive, a garantia da ampliação do grupo familiar, e a sua prole, geração após geração, ia se integrando à linhagem da família e, em alguns casos, perdendo a condição de cativo.

Quando os árabes chegaram à África, por volta do século VII, o modelo de escravização comercial praticado por eles se tornou mais comum em algumas regiões do norte africano, devido ao intenso avanço dos muçulmanos na região. Assim, a escravidão doméstica, de pequena escala, passou a conviver com um intenso comércio de escravizados, a partir do qual foi possível observar a implementação do tráfico dessas pessoas como uma grande organização comercial. As rotas comerciais realizadas pelas caravanas muçulmanas estabeleceram não só o comércio de prisioneiros em larga escala, mas também promoveu a expansão da religião islâmica, especialmente na região norte do continente africano.

A expansão islâmica e a disseminação do islamismo transformaram parte do continente africano. O comércio, muito impulsionado pela introdução do camelo, fazia com que grandes caravanas rumassem do Norte da África para as savanas sudanesas carregadas de produtos, como espadas, tecidos e sal. Meses depois, as caravanas retornavam com outros produtos e escravizados, que, por sua vez, eram fundamentais para a viabilidade do comércio dos mercadores muçulmanos. Além de serem considerados produtos, eram também os carregadores nas longas viagens.



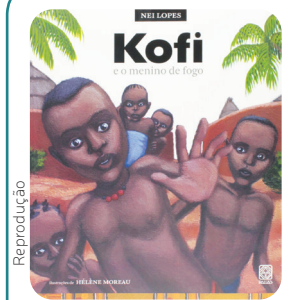
Zragoni | Adobe Stock

Dessa maneira, quando os primeiros europeus chegaram à costa africana, no século XV, a escravização não era novidade para muitas sociedades africanas. Na verdade, a escravização de pessoas era a maneira mais comum que um chefe ou uma família tinha de demonstrar prestígio e poder político e econômico. No entanto, a dinâmica imposta pelo contato com os estrangeiros mudou completamente a organização social do continente africano. A escravização em larga escala iniciada pelos árabes ganhou escala internacional com a presença dos europeus.

## A escravização mercantil na África

O século XV no Ocidente foi marcado pelas navegações empreendidas pelos Estados europeus, que exploravam novos territórios em busca de metais preciosos, especiarias, matérias-primas, visando também seu mercado consumidor. A expansão marítima levou Portugal a conquistar Ceuta em 1415. A cidade estava localizada no extremo norte de onde hoje é o Marrocos, na África, e era um dos principais entrepostos das caravanas comerciais vindas da Arábia.

Devido ao desenvolvimento das técnicas de navegação, Portugal conseguiu avançar pela costa ocidental africana, contornando, em 1434, o Cabo Bojador, um ponto de difícil acesso do litoral africano, localizado no atual Saara Ocidental. A partir de então, os portugueses passaram a ter contato com diversos povos que viviam ao sul do deserto do Saara.



**Kofi e o menino de fogo**

**Autor:** Nei Lopes

**Ilustradora:** Hélène Moreau

O livro conta a história de Kofi, um menino africano de Gana que, em um certo dia, encontra pela primeira vez um menino europeu. O encontro gera estranhamento, mas também desconstrói ideias pré-concebidas. Apesar de se passar em 1950, o livro ajuda a dar a dimensão do estranhamento sentido pelos africanos ao terem contato com europeus muito tempo antes, no século XV.

Mapa do Saara Ocidental, no qual é possível identificar o Cabo Bojador, abaixo da maior cidade deste país, El Aiune.

A **Reconquista** foi o evento histórico no qual os reinos cristãos da Península Ibérica (Portugal e Espanha) lutaram para recuperar o domínio da região, que havia sido tomada pelos árabes. O processo ocorreu entre 718 ou 722 (data provável da Batalha de Covadonga, uma das primeiras do conflito) e 1492, quando a Península passou a ser novamente controlada pelos europeus. A partir de meados do ano 1100, surgiu, durante os conflitos, a ideia de guerra santa e as Cruzadas, por meio das quais os cristãos impunham a sua fé religiosa aos povos dominados.

Ilustração do século XVI, de George Morland, representando a captura de homens, mulheres e crianças na costa africana.

Estima-se que, entre os séculos XVI e XIX, mais de 12 milhões de pessoas foram transportadas para as Américas, com o objetivo de povoar e explorar as colônias das potências europeias.

Inicialmente, os portugueses estavam em busca de ouro e de pedras preciosas, dos quais já tinham ouvido falar quando, anos antes, conquistaram a cidade de Ceuta. Ao chegarem à costa ocidental africana, na região onde hoje se localiza o Senegal, a princípio, os primeiros contatos com os povos que lá viviam não foram amistosos, mas, aos poucos, as relações comerciais suplantaram o estranhamento inicial.

O ouro que os portugueses buscavam não foi encontrado imediatamente, mas os reis africanos, interessados nos produtos oferecidos pelos europeus, como cavalos, armas, tecidos, entre outros, pagaram as mercadorias com escravizados, como faziam com os comerciantes vindos do Saara. Além dessa troca, os portugueses também capturavam e sequestravam pessoas que estavam nas praias nas paradas feitas ao longo do caminho.



Everett Collection | Shutterstock

O termo **ibéricos** é referente à população que habitava a região da Península Ibérica, na parte ocidental da Europa, onde hoje se localizam Portugal e Espanha.

Ao capturarem essas pessoas, os portugueses acreditavam que, além do lucro obtido pela comercialização de mão de obra escravizada, estavam levando a salvação eterna para os povos africanos. Isso porque, no século XV, a **Reconquista** pautou o contato dos **ibéricos** com povos não cristãos. Assim, ao chegarem à África, os portugueses consideraram parte da população infiel, por causa dos preceitos islâmicos, e a outra parte, que não era muçulmana, foi classificada como pagã. Nos dois casos, a religiosidade foi uma justificativa empregada para escravizar as pessoas, e utilizada como um instrumento de legitimação de poder perante povos africanos.





O manicongo, título dado ao governante do Reino do Congo, recebendo representantes comerciais do rei de Portugal. De autoria francesa desconhecida, a imagem retrata uma visão europeia do que seriam os reinos africanos no século XVII.

Assim, sem ter acesso ao ouro que imaginavam que encontrariam no continente africano, os portugueses perceberam que poderiam lucrar com o comércio de pessoas, inclusive muito mais que com o comércio de outros produtos. Inicialmente, o tráfico de escravizados era uma atividade secundária no comércio empreendido pelos europeus. Todavia, com a colonização de territórios americanos, o comércio de pessoas se tornou central. Os europeus se inseriram na dinâmica comercial da costa africana, mas a modificaram profundamente ao intensificarem a compra e a venda de pessoas. Para facilitar os negócios comerciais, os portugueses chegaram a montar edificações na costa africana, para que não precisassem mais comercializar nas embarcações.



Imagem da Fortaleza de São Jorge da Mina nos dias de hoje. Ela foi construída por portugueses em 1482, na cidade de Elmina, em Gana. Quando o comércio com povos africanos se consolidava em determinadas regiões, eram construídos galpões, com o aval dos chefes africanos, para armazenar produtos e acomodar pessoas, geralmente administradores responsáveis pelas negociações. Hoje, essa fortaleza é considerada patrimônio cultural material de Gana.

No século XVI, após as relações entre lusitanos e africanos estarem estabelecidas e estabilizadas, os portugueses perceberam que o comércio na costa ocidental africana girava em torno do comércio de **cabotagem**, o que fazia com que as mercadorias tivessem que passar por diversos intermediários para percorrer longas distâncias. Com as caravelas, os portugueses poderiam fazer o mesmo percurso com muito mais rapidez, e assim eles fizeram, passando a comprar e a vender africanos na costa ocidental.

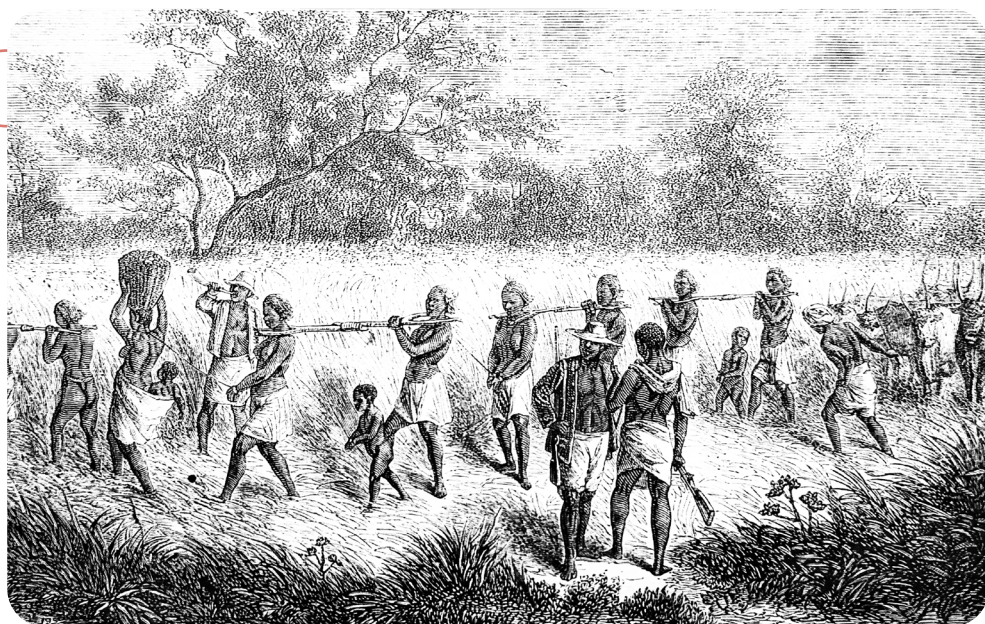
Nesse contexto, o escravizado, então, tornou-se uma mercadoria amplamente negociada não só na África, mas também na Europa, perdendo o caráter de linhagem familiar comum nas culturas africanas. Os africanos que eram inseridos no comércio escravocrata implementado pelos portugueses e por outros povos europeus eram expropriado da sua cultura. Ao chegarem à Europa e, posteriormente, à América, essas pessoas eram rebaixadas a uma categoria social privada de quaisquer direitos ou dignidade, sendo vistas como objetos que poderiam ser vendidos por mais ou por menos, a depender da oferta e da procura.

Desse modo, o tráfico negreiro tornou-se uma das atividades comerciais mais lucrativas da Idade Moderna, juntamente com o comércio de especiarias, a produção de açúcar e a mineração. A permanência de europeus no continente africano por séculos resultou na criação de técnicas e instituições específicas para fomentar o tráfico. Inicialmente, os escravizados eram levados para a Europa, mas logo passaram a ser levados para as recentes colônias americanas, de modo que foram integrados ao comércio global a partir do século XV.

As formas como os europeus conseguiam pessoas para o tráfico humano variava, a depender da região e do tipo de relação estabelecida com as diferentes lideranças africanas. Em algumas localidades, chefes e líderes formaram alianças com os europeus e, em troca de mercadorias, fornecia homens, mulheres e crianças que eles haviam escravizado. Em outros locais, portugueses e outros povos europeus passaram a estimular a guerra entre aldeias e povos da África. As guerras geravam um alto número de prisioneiros que eram negociados a preços baixos no comércio escravocrata.

O impacto desse comércio foi brutal para o continente africano em vários aspectos. Por exemplo, a escravização reduziu drasticamente o número de jovens, de modo que o crescimento demográfico da África durante os séculos escravistas era nulo ou muito pequeno. A cultura e a economia africanas também foram diretamente afetadas pelo intenso comércio de humanos empreendido em escala global pelos europeus.

A gravura, produzida pelo pintor francês Alphonse de Neuville (1835–1885), mostra um grupo de africanos capturados sendo levados amarrados uns aos outros. Na imagem, também podemos ver mulheres e crianças.



No período durante o qual vigorou a escravização moderna, constatou-se, na África, uma das maiores dispersões populacionais da história: dados apontam que cerca de 12 milhões de africanos foram levados do seu continente de origem, sendo transportados, principalmente, pelo oceano Atlântico para a América colonial, rumo ao Brasil, ao Caribe e às Treze Colônias Britânicas, por exemplo.

### Os efeitos do tráfico de escravizados na África

Ao estimular guerras e a expansão territorial entre reinos rivais, o tráfico gerou um quadro de instabilidade sistêmica nas sociedades africanas. Ao expor os africanos a redes de comércio responsáveis pela introdução de armas, têxteis e álcool, alimentou a escravização por débito. Por meio de guerras, sequestros ou métodos judiciais, produziu-se uma escravização crônica e difusa.

Nesse quadro, mudanças importantes se operaram no direito costumeiro africano, alterando a noção do que constituía transgressão e/ou crimes passíveis de escravização, que se ampliou de forma a satisfazer à necessidade de produzir mais e mais cativos para o Atlântico. Antes punidos com penas de multa ou prisão, crimes como roubo e adultério lastrearam a escravização de um número incalculável de africanos.

Igualmente importante foi o desvirtuamento de múltiplas formas de dependência social tipicamente praticadas nas sociedades africanas. Em geral reversíveis, ou então porta de entrada para a integração social, acabaram se tornando veículos para produção de cativos para o tráfico. Esses processos eram, sobretudo, alimentados pelo débito estrutural gerado pelo consumo de mercadorias importadas através do Atlântico.

FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negro. In: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Dicionário da escravização e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 51-52. Adaptado.

A escravização de africanos perdurou porque se tornou um comércio extremamente lucrativo para os colonizadores e também para negociantes radicados nas colônias, integrado à lógica comercial mercantilista empreendida pelas maiores potências europeias da Idade Moderna.

## O tráfico e a chegada de africanos ao Brasil

Dos 12 milhões de escravizados retirados da África entre 1520 e 1870, 5,5 milhões – 45% do total – aportaram no Brasil. Nosso país foi o que mais recebeu africanos no mundo, vindos de diversos portos de todo o Velho Continente. Inicialmente, os portugueses exploraram a costa ocidental, comerciando com Senegal, Gâmbia, Benin, Guiné, foz do rio Congo, Benguela e Luanda. Já no século XIX, a região da costa oriental se tornou mais significativa para o tráfico destinado ao Brasil, especialmente a região de Moçambique.

## A recepção de escravizados no Brasil

O Brasil foi o local que mais recebeu escravizados no período de 1501 a 1900. De acordo com o Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos, 4,86 milhões de africanos foram desembarcados no território brasileiro nesse período — mais do que em qualquer outro destino.

O levantamento faz parte de uma iniciativa internacional de catalogação de dados sobre o tráfico de escravos, que inclui, entre outras instituições, a Universidade Harvard e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As estatísticas são citadas por pesquisadores brasileiros como Luiz Felipe de Alencastro. Em artigo publicado no livro *Dicionário da Escravidão e Liberdade* (Companhia das Letras, 2018), o historiador destaca a “reconhecida precisão do levantamento” e afirma que os dados oferecem “um panorama amplo e, em boa medida, definitivo do tráfico e do transporte transatlântico de africanos”.

Empreendido por governos e companhias mercantis, o comércio transatlântico de africanos escravizados deixou numerosos registros, que permitem estimar o total de escravizados desembarcados. Segundo o banco de dados, entre 1501 e 1900, foram desembarcados 4,86 milhões de escravizados no Brasil, mais que o dobro do que na segunda macrorregião que mais recebeu trabalhadores, o Caribe britânico, com 2,31 milhões de desembarcados. Já a América espanhola, que inclui Chile e Argentina, recebeu 1,29 milhão de africanos. O Caribe francês, que corresponde hoje a países como Haiti, Martinica e Guadalupe, recebeu 1,12 milhão. As colônias holandesas na América foram destino de 444.728 africanos, e a América do Norte continental, notadamente os Estados Unidos, recebeu 388.746 no mesmo período. Completam a lista de macrorregiões a África (155.569 escravizados desembarcados), as Antilhas dinamarquesas — que correspondem à atual Ilhas Virgens Americanas (108.998 africanos desembarcados) — e a Europa (8.861).

Documentos navais, portuários, fiscais e contábeis não incluem as rotas indiretas de tráfico. Assim, não são contabilizadas, por exemplo, as vendas de escravizados do Brasil para o Caribe. Também são esparsos os números relativos aos séculos XVI e XVII, segundo Alencastro. Há ainda fraudes em parte dos registros, como declarações de que o destino era o Brasil para pagamento mais baixo de impostos.

Apesar desses problemas, o pesquisador calcula que, globalmente, as importações brasileiras correspondem a 46% do total de pessoas escravizadas embarcadas, o que já classifica o país como o maior receptor de africanos escravizados.

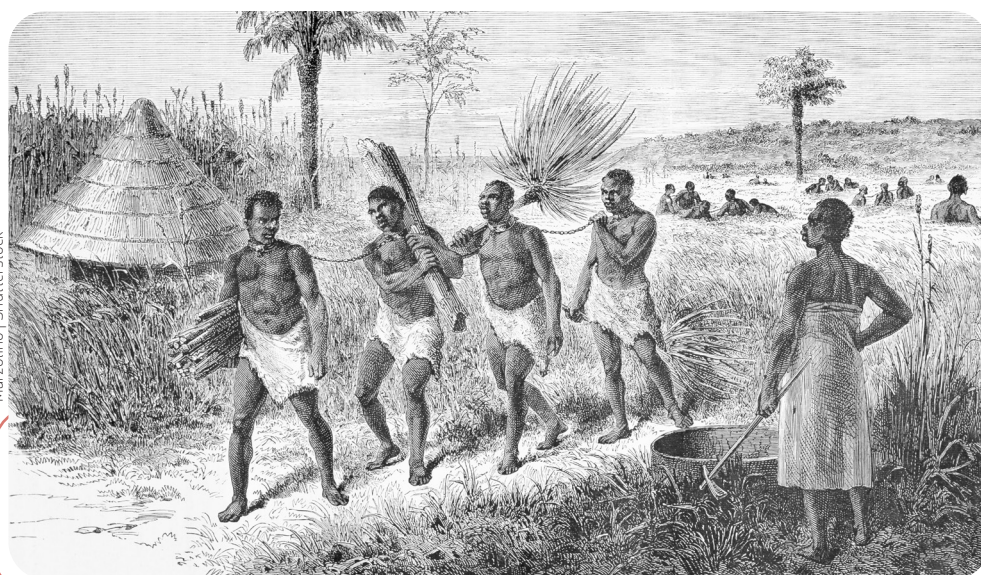
Um dos cálculos anteriores, adotado por vários historiadores até a divulgação do Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos,

▶ datava de 1949. Na época, o pesquisador Maurício Goulart calculou, em seu livro *Escravidão Africana no Brasil*, que o Brasil teria recebido 3,6 milhões de escravizados. O número utilizado atualmente, de 4,86 milhões de africanos desembarcados no Brasil, catalogou cerca de 36 mil viagens entre 1502 e 1866 e mapeou um fluxo de 10,7 milhões de escravizados em todo o mundo.

Disponível em: <https://apublica.org/chechagem/2018/08/truco-brasil-foi-o-local-que-mais-recebeu-escravos-nas-americas/>. Acesso em: 19/05/2023. Adaptado.

A hegemonia dos comerciantes portugueses na negociação dos escravizados foi mantida até o século XVII, quando outros grupos europeus entraram no comércio escravocrata e passaram a ocupar os entrepostos na África. Apesar disso, os comerciantes brasileiros e portugueses foram, ao longo do tempo, fortalecendo-se e, muitas vezes, garantindo o monopólio do tráfico em determinadas regiões. Portugueses estabelecidos no Brasil ou descendentes de portugueses nascidos na colônia, especialmente aqueles oriundos das capitanias de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro, eram figuras comuns nos portos africanos. Por sua vez, essas eram as capitanias brasileiras que mais recebiam pessoas escravizadas. Devido à produção açucareira voltada para o mercado externo, os lucros obtidos nessas regiões eram altíssimos, e o comércio de pessoas era um dos que tinham os maiores rendimentos.

A presença crescente dos traficantes de escravizados na região litorânea da África, fosse na costa ocidental ou na costa oriental, fez surgir um grupo especializado na captura de homens, mulheres e crianças no interior para serem levados até o litoral. Os **pombeiros**, como eram chamados os homens que faziam parte desse grupo – em referência ao nome do mercado de escravizados, **pombo** – viajavam para o interior carregados de tecidos, bebidas e outras mercadorias que seriam trocadas por pessoas, que seguiam centenas de quilômetros a pé em direção aos traficantes internacionais.



Gravura de Émile-Antoine Bayard, publicada em 1864 no jornal francês *Le Tour du Monde*. A publicação era especializada em viagens e explorações, publicando relatos sobre grandes expedições empreendidas no século XIX. A imagem mostra homens escravizados na região da Tanzânia, na costa oriental da África, sendo levados amarrados pelo pescoço, como era comum nesse período.

Submetidos a uma situação tão extenuante, eram altos os números daqueles que morriam ainda a caminho do litoral. Acredita-se que cerca de 25% dos africanos morriam nas viagens para a costa. No traslado até o continente americano, as condições também não eram boas. As embarcações ficavam abarrotadas de homens, mulheres e crianças e realizavam viagens que poderiam durar cerca de dois meses. As péssimas condições de higiene e alimentação e a superlotação deixavam o ambiente propício para a proliferação de doenças contagiosas que faziam com que a taxa de mortalidade nos navios negreiros fosse de 15% a 20%. Ao observar esse cenário aterrador, o padre Antonio Vieira (1608–1697), que viveu no Brasil por vários anos, descreveu essas embarcações como tumbeiros, por considerá-las tumbas em alto mar.

Chegando ao Brasil, os africanos eram negociados nos mercados de escravizados, que ficavam localizados nos principais portos coloniais. Esses portos, como vimos, eram Recife, Salvador e Rio de Janeiro, por serem os maiores produtores de mercadorias consideradas valiosas no mercado externo (o açúcar e o tabaco). Os compradores avaliavam as condições físicas e de saúde dos africanos, com base nos seus dentes, idade, deficiências e condicionamento físico. As mulheres eram vendidas a preços menores que os homens.

Depois de negociada a compra dos escravizados, os senhores marcavam-nos com ferro quente para distingui-los entre os outros. Esses senhores davam preferência a comprar pessoas vindas de distintas regiões da África, que tivessem cultura, costumes e até mesmo falassem línguas diferentes, pois imaginavam que, dessa forma, seria mais difícil que os cativos se unissem e construíssem um sentimento de solidariedade e liberdade entre si.



Mercado de escravos no Recife (1637–1644), de Zacharias Wagener (1614–1668). Nota-se a grande extensão do espaço destinado a negociar escravizados. Os documentos do período usavam o termo **peça** para se referir aos africanos comerciados nos mercados, o que mostra a desumanização imposta à população negra trazida de maneira forçada para o Brasil.

Domínio público

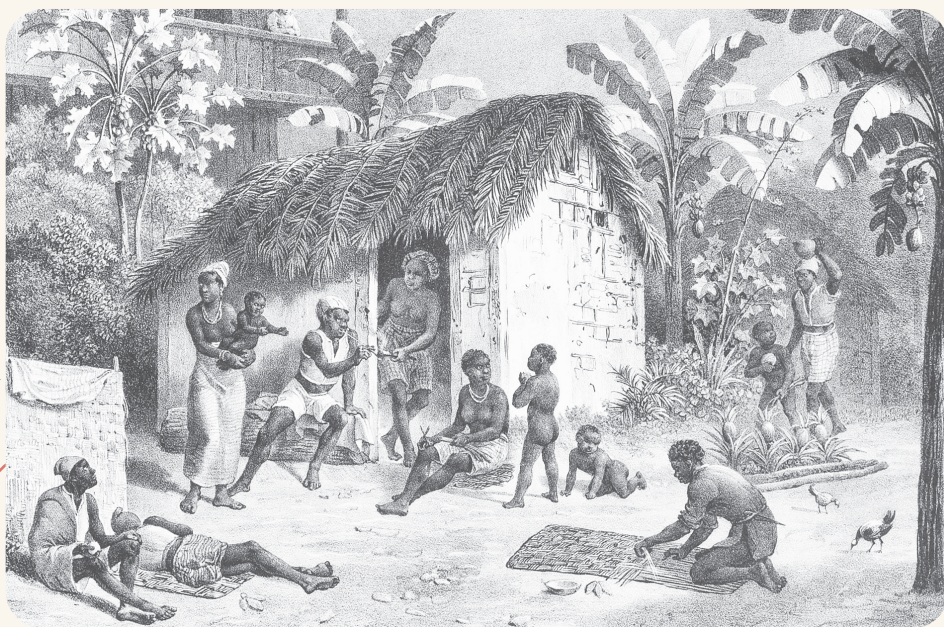
### Famílias escravizadas sob o olhar europeu

O pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802–1858) e o pintor francês Jean-Baptiste Debret (1768–1848), que viveram no Brasil e, no período que aqui estavam registraram por meio de pinturas e notas o cotidiano da vida colonial, especialmente dos escravizados, deixaram suas observações sobre as instituições familiares formadas pelos negros escravizados. Ambos mostraram

que existiam famílias formadas por negros, desde que, de algum modo, fosse útil aos senhores, reforçando que a desumanização e o desenraizamento eram aspectos estruturantes da escravização de africanos no Brasil. Assim, as principais razões para que os proprietários de escravizados permitissem a formação de famílias era evitar fugas e aumentar as pessoas sob sua posse a partir dos filhos dos escravizados.

Em geral, os colonos facilitam os casamentos entre escravos, pois sabem, por experiência, que é a melhor maneira de prendê-los à fazenda e a mais forte garantia de sua boa conduta. Entretanto, não se pode negar que haja inúmeras exceções a essa regra e que, muitas vezes, os senhores, pelos seus exemplos, provocam eles próprios a devassidão de costumes dos escravos. Ocorre ainda que as relações entre escravos do sexo feminino e do sexo masculino tornam impossível a severa observância da moral ou a perseverança conscienciosa na fidelidade conjugal.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Martins / Edusp, 1972.



*Habitação de negros* (1827), de Johann Moritz Rugendas.

Como um proprietário de escravos não pode [...] impedir aos negros de frequentarem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens; [...] essa concessão, feita tanto para evitar os pretextos de fuga como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1816-1831*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

As famílias formadas pelos escravizados também consistiam em formas de resistência à desumanização imposta, visto que, muitas vezes, o rompimento com esses laços provocava fugas e rebeliões contra os senhores.

O descontentamento escravizado diante da impossibilidade de cultivar suas relações familiares, de preservar seus laços afetivos, foi demonstrado em circunstâncias as mais variadas, a exemplo das fugas em família ou em busca da família, dos crimes contra proprietários de escravos, do suicídio de escravas juntamente com o assassinato de seus filhos [...]. A luta pela preservação da família e a solidariedade entre parentes constituíram-se em mais uma forma de resistência escrava, de resistência à coisificação e a desumanização.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias da vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Dissertação de mestrado. Salvador: Editora da UFBA, 2001. Adaptado.

Além de Debret e Rugendas, outros pintores também retrataram a vida dos escravizados no Brasil Colonial, como o português Joaquim Cândido Guilhobel (1787–1859). Obra intitulada por Guilhobel *Interior de uma casa do baixo povo* (1812), que não só mostra um recorte de como viviam as famílias de escravizados nesse período, mas também nos permite perceber a forma como eles eram vistos por boa parte da sociedade da época, como "povo baixo".



Domínio público

## O trabalho dos escravizados no Brasil

Ao longo dos 350 anos em que a escravização vigorou no Brasil, o trabalho realizado pelos escravizados foi a base da economia e da organização da sociedade, tanto durante o período colonial como durante o Império. Ao longo de todo o regime escravagista legal, foram os cativos que produziram as mercadorias para a exportação, como o açúcar, o tabaco e o café. Os escravizados ocuparam toda a cadeia produtiva açucareira, tabagista e cafeeira, desde o preparo da terra, passando pelo plantio, chegando no beneficiamento e participando até do transporte e do carregamento dos navios.

Ao longo do tempo, cidades foram crescendo ao redor dos portos mais movimentados. Com a estruturação da sociedade brasileira, que passou a se urbanizar, em especial, a partir da segunda metade do século XVIII, novos empreendimentos (comerciais, urbanísticos, etc.) trouxeram outras demandas, e os escravizados paulatinamente passaram a realizar outras atividades que não estavam diretamente ligadas à demanda do mercado externo.



Além do serviço doméstico, que foi desempenhado pelos escravizados desde os primeiros anos da colonização, os cativos africanos passaram a atuar como barbeiros, artesãos, vendedores, quitandeiras e quituteiras, carregadores, jornalheiros, etc.

A descoberta de metais preciosos na região de Minas Gerais também foi um fator importante para o aumento do fluxo de pessoas trazidas da África para o porto do Rio de Janeiro, bem como para o rápido desenvolvimento urbano dessa região. Esse período ficou conhecido como o **Ciclo do Ouro**, no qual a exploração aurífera elevou a níveis inéditos o lucro da Coroa portuguesa e também de senhores de escravizados.

### O cotidiano escravista

No que diz respeito à vida de todo dia, a norma na sociedade brasileira era possuir escravos que fizessem os trabalhos pesados e desagradáveis e que trouxessem dinheiro para o seu senhor, que tinha apenas o dever de mandá-los fazer as tarefas e controlá-los. Todo aquele com o mínimo de condições, mesmo entre os mais modestos, tinha um ou mais escravizados. Assim era a sociedade escravista brasileira: baseada em uma relação de trabalho colonial que se manteve igual depois da independência política de Portugal, na qual os centros mais dinâmicos e capitalizados da economia dependiam do trabalho escravizado.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Editora Ática, 2006. p. 81.

Boa parte dos escravizados que exerciam atividades no meio urbano não ficavam restritos às casas ou às terras dos seus senhores, sendo constantemente vigiados. Eles viviam nas cidades, onde desempenhavam as suas funções e eram conhecidos como **escravos de ganho**.

Geralmente, esses homens e mulheres exerciam algum ofício que rendia lucros. Ao fim do dia ou da semana, a depender do acordo, o escravizado entregava ao senhor um valor preestabelecido e, caso conseguisse uma quantia maior do que a acordada, poderia ficar com a diferença, o que lhe garantia alguma renda. Com o acúmulo dessa renda, alguns escravizados conseguiram até mesmo comprar sua alforria ou a alforria de alguém querido. Os escravizados poderiam ser alugados a terceiros, e, assim como os escravos de ganho, boa parte destes sequer moravam na mesma casa que o seu senhor, habitando em sobrados e sótãos, quase sempre abandonados, nos centros das cidades.

O papel dessas pessoas foi fundamental para a comunicação entre a população negra no Brasil. A circulação desses escravizados pelas ruas e vielas fazia também circular ideias e notícias que poderiam, de outra maneira, ficarem restritas a grupos isolados. Por meio do contato com outros escravizados, eles organizaram resistências desde os primeiros anos do sistema de escravidão no Brasil.

Revoltas, levantes, fugas (individuais e coletivas), quilombos e até mesmo

uma resistência silenciosa ao trabalho (ao sabotarem a produção ou executarem lentamente o serviço determinado) foram maneiras implementadas pelos cativos para tensionar a dominação senhorial.

*Jogar Capoeira* (1835), de Johann Moritz Rugendas (1802–1858). A capoeira é uma expressão cultural que envolve dança, música e luta. Há um debate sobre a origem da capoeira, se teria surgido no Brasil a partir das práticas dos escravizados africanos ou se teria sido trazida de Angola. Datam do início do século XIX, os primeiros registros confiáveis com descrições de práticas de capoeira no Brasil. Era uma prática comum entre os aquilombados, sendo proibida no Brasil até 1930.



Domínio público

## O processo de abolição da escravatura no Brasil

A escravidão moldou a história, a sociedade, a política e a cultura brasileiras por quase três séculos, e também esteve na base da construção do Estado e da nação por 80 anos — se tomarmos como marco dessa construção a vinda da família real em 1808.

A luta pela abolição da escravatura no Brasil foi longa, visto que o Brasil foi o último país a abolir o regime escravocrata. Ao longo de muitas décadas, o movimento abolicionista — composto por nomes como Luiz Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Joaquim Nabuco, entre outros — se utilizou de diferentes táticas e ações para pressionar o governo brasileiro a decretar o fim da escravização. Ao longo dos anos de luta e de pressão até mesmo de outros países, diversas leis foram decretadas com o intuito de acalmar os ânimos, mas sem a real intenção de pôr fim a essa prática. A seguir, você pode conferir alguns marcos desse processo lento que foi a abolição da escravatura no Brasil.

### Cronologia da abolição da escravização

- 1810** É firmado o Tratado de Aliança e Amizade entre Portugal e Inglaterra, que estabelecia a abolição gradual da escravização e delimitava as possessões portuguesas na África como as únicas que poderiam continuar o tráfico.

- ▶
- 1823** José Bonifácio, na Assembleia Constituinte, apresentou uma representação sobre a abolição da escravatura e a emancipação gradual dos escravizados. Foi aprovada a lei que proibia a escravização no Chile.
- 1826** A Inglaterra impôs ao governo brasileiro o compromisso de decretar a abolição do tráfico em três anos.
- 1831** Foi promulgada a Lei Feijó, que proibia o tráfico e considerava livres todos os africanos trazidos ao Brasil a partir da data em que a lei foi publicada. A lei foi ignorada e chamada popularmente de **lei para inglês ver**.
- 1850** Foi criada a Lei Eusébio de Queiróz, que proibia o comércio de escravizados para o Brasil.
- 1854** Foi instituída a Lei Nabuco de Araújo, que previa sanções para as autoridades que encobrissem o contrabando de escravizados.
- 1869** Portugal tornou ilegal a escravização, mas já havia decretado a liberdade dos escravizados em seus territórios desde 1854.
- 1871** Foi criada a Lei do Ventre Livre, que concedia liberdade aos filhos de escravizados nascidos a partir da data de promulgação da lei, mas os homens só eram considerados livres aos 21 anos, e as mulheres, aos 16.
- 1880** Joaquim Nabuco (1849–1910), deputado de Pernambuco, apresentou à Câmara um projeto de lei propondo a abolição da escravização com indenização até 1890. Também foi fundada a Sociedade Brasileira contra a Escravização e seu jornal, *O Abolicionista*.
- 1883** Publicação do livro *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco.
- 1884** Extinção da escravização no Ceará.
- 1885** Criação da Lei dos Sexagenários, que concedia liberdade aos escravizados com mais de 60 anos.
- 1888** Instituição da Lei Áurea, que extinguiu definitivamente a escravização no Brasil.

Fontes: <https://www.geledes.org.br/datas-da-abolicao-da-escravidao-nos-paises-americanos/>. Acesso em: 18/05/2023. Adaptado.

SALLES, Ricardo. A abolição revisitada: entre continuidades e rupturas. *Revista de História*. [S. l.], n. 176, p. 01-11, 2017. Adaptado.

# A vida urbana dos escravizados nas pinturas de Debret

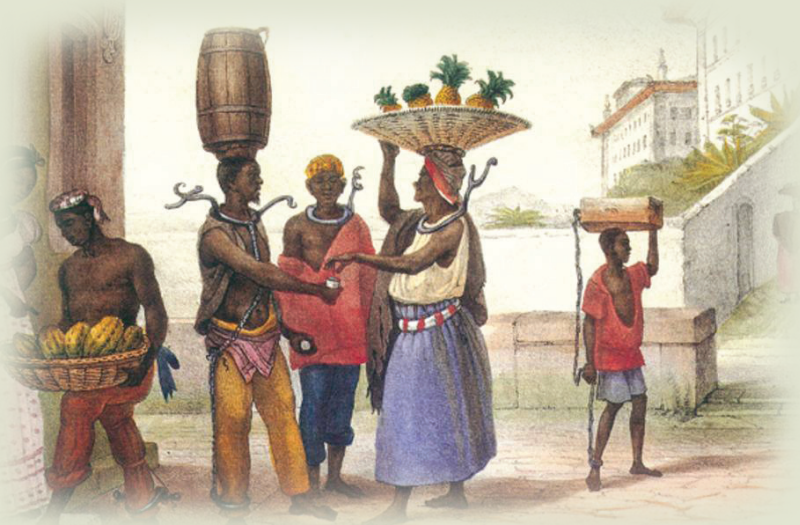
O uso generalizado da farinha de mandioca, em vez da de trigo, fez da profissão de padeiro, no Brasil, uma indústria de luxo. [...] O desenho representa o interior de uma padaria. [...] São 7h da manhã e os negros do padeiro, reunidos em torno de uma mesa no fundo da padaria, descascam o trigo recém-desembargado [...]. Um negrinho de casa opulenta acaba de encher um saco com a provisão de pão destinada aos seus senhores, enquanto um moleque e uma negra compram o pãozinho de um vintém. [...]

BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil. Obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008



Domínio público

*Padaria* (1820–1830), aquarela sobre papel, 15 x 22 cm.



Domínio público

*Castigo imposto aos negros* (1816), aquarela sobre papel, 22 x 14,5 cm.

O colar de ferro é a punição infligida ao negro que tem o vício de fugir [...]. O colar de ferro é armado de uma ou várias hastes não somente para torná-lo ostensivo, mas para dar pegada, quando se agarra o negro, principalmente em caso de resistência. [...]

BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil. Obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008

O francês Jean-Baptiste Debret viveu no Brasil entre 1816 e 1831, período no qual registrou, em dezenas de aquarelas e em notas pormenorizadas, o que conheceu no Brasil daqueles anos. Seus desenhos, aquarelas e textos, foram publicados na Europa, entre 1834 e 1839, com o nome *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1816–1831*, em três volumes, 508 páginas de texto e 156 estampas, e nos fornecem uma visão mais ampla do Brasil naquela época.

O desenho representa a loja de um sapateiro português castigando seu escravo. Os outros negros são diaristas com os quais o sapateiro age do mesmo modo quando necessário.

Google Arts & Culture



Loja de sapateiro (1835), litografia, 31 x 49 cm.



Barbeiros ambulantes (1826), aquarela sobre papel, 18,7 x 23 cm.

[Os barbeiros] vagueiam desde manhã nos pontos de desembarque, nos cais, ruas e praças públicas [...], certos de encontrar clientes entre os negros de ganho, carregadores, moços de recados, pedreiros, carpinteiros, marinheiros e as quitadeiras. Um pedaço de sabão, uma bacia de barbeiro de cobre, quebrada ou amassada, duas navalhas e um par de tesouras [...] eis os instrumentos com que lidam os jovens barbeiros, apenas cobertos de trapos quando pertencem a um senhor pobre [...].

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1816-1831*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

## Refleta sobre o conteúdo

1. Para responder à questão, leia o seguinte texto.

A progressiva inserção da África Ocidental na esfera de influência europeia liga-se ao desenvolvimento das práticas mercantilistas que orientavam o comércio das nações europeias pela busca de mercados fornecedores, matérias-primas e metais preciosos. Nessas práticas, sabemos bem, o objetivo era manter relações comerciais exclusivas, comprar matéria-prima barata e obter estoques de metal precioso, principalmente ouro.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Editora Contexto, 2021. p. 70.

A influência europeia que atingiu a África Ocidental a partir do século XV trouxe consequências para todo continente africano. Sobre esse assunto, analise as afirmativas abaixo.

- I. As práticas mercantilistas empreendidas por europeus a partir do século XV estabeleceu na África um tipo de escravização comercial que integrou os cativos africanos ao mercado global, cujas consequências são observadas até hoje no Velho Continente.
- II. Após a chegada dos portugueses na África, a interação entre africanos e europeus foi quase sempre benéfica para ambos os lados, situação que se reverteu após a independência do Brasil, haja vista a proibição da venda de cativos após a colônia se tornar Império.
- III. A escravização imposta pelos europeus aos povos africanos a partir do século XV estava inserida no empreendimento mercantil e, entre as consequências dessa influência da Europa na África, podemos citar a enorme dispersão populacional de africanos no mundo, a queda no crescimento demográfico da África e as guerras.
- IV. A relação mercantilista entre os europeus e os africanos foi benéfica, pois surgiu um comércio de prisioneiros para desenvolver diversos tipos de trabalho e contribuir para a construção de novas cidades.
- V. O mercantilismo praticado pelos europeus incentivou os povos africanos a desenvolverem novas possibilidades de trabalho em outros locais, o que favoreceu o posterior crescimento da África.

Está **correto** o que se afirma em:

- a) I, II e V.
- b) II, III e IV.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) III e V.

**2.** (Enem) Leia o texto a seguir.

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.

VIEIRA, A. *Sermões*. Tomo XI. Porto: Lello & Irmão, 1951. Adaptado.

O trecho do sermão do Padre Antônio Vieira estabelece uma relação entre a Paixão de Cristo e:

- a) a atividade dos comerciantes de açúcar nos portos brasileiros.
- b) a função dos mestres de açúcar durante a safra de cana.
- c) o sofrimento dos jesuítas na conversão dos ameríndios.
- d) o papel dos senhores na administração dos engenhos.
- e) o trabalho dos escravos na produção de açúcar.

**3.** A leitura dos textos a seguir ajudará na resolução da questão proposta.

**Texto I**

A prolongada atividade comercial no litoral africano estimulou, com o tempo, o aparecimento de um grupo social novo, desvinculado das formas tradicionais de inserção social. Eram homens, por vezes, de origem popular, ou mesmo de origem escrava, que, rompendo com os costumes tradicionais, contrários ao acúmulo de riqueza pessoal, dedicaram-se ao comércio e adquiriram riqueza, poder e prestígio.

**Texto II**

O termo *pombeiro*, ou *pumbeiro*, deriva de um dos principais centros de comércio da África Centro-Occidental, Mbanza Mpumbo, capital da província de Nsundi, no Reino do Congo. A palavra *pumbo* passou, então, a designar genericamente feiras no interior do continente, onde os portugueses buscavam principalmente escravizados. Os comerciantes que atuavam nos pumbos eram chamados pumbeiros, palavra que foi dicionarizada como pombeiro.

O aspecto a ser ressaltado em ambos os textos para explicar sobre a presença europeia na África na Idade Moderna é:

- I. o papel da cultura europeia no desenvolvimento dos povos africanos.
- II. o aparecimento de novos grupos sociais ao longo da colonização africana, fruto do desenvolvimento econômico criador de uma elite financeira.
- III. a integração entre as culturas europeia e africana, que criou uma nova sociedade, original nos elementos econômicos e religiosos.
- IV. a profunda modificação de aspectos sociais, culturais e econômicos de todo o continente africano após a chegada dos europeus.

São **verdadeiras**:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas IV.
- d) III e IV.
- e) apenas I.

4. Analise os textos a seguir para responder à questão.

### Texto I



Obra *Loja de barbeiros* (1835), de Jean-Baptiste Debret (1768–1848).

### Texto II

O oficial de barbeiro, no Brasil, é quase sempre negro, ou ao menos mulato. [...] Pode-se entrar com confiança numa dessas lojas, certo de encontrar, reunidos na mesma pessoa, um barbeiro, um cabeleireiro, um cirurgião familiarizado com o bisturi e um hábil aplicador de sanguessugas. [...] Também é capaz de reparar uma malha escapada de uma meia de seda, como de executar, no violão ou na clarineta, valsas e contradanças francesas [...].

BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil: obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p. 198.



O relato faz parte das impressões de Jean-Baptiste Debret, pintor francês que retratou cenas do Brasil no século XIX. O artista registrava, em seus cadernos, descrições das pinturas, que retratavam aspectos da vida urbana no Rio de Janeiro. Tendo por base a cena descrita por Debret e os seus conhecimentos sobre esse período histórico, assinale a alternativa **correta**.

- a) Após serem libertados do cativeiro, os ex-escravizados eram capacitados em irmandades de ofício e poderiam exercer uma profissão para se sustentarem. O ofício de barbeiro era um dos mais comuns.
- b) Eram inúmeras as categorias sociais presentes na vida urbana do Brasil no século XIX, de modo que brancos e negros viviam sem grandes distinções sociais.
- c) Pelos costumes puritanos no período, o barbeiro era uma profissão sem prestígio e pouco solicitada publicamente, por isso era ocupada por homens negros.
- d) A presença negra nas barbearias estava ligada aos ofícios exercidos pelos africanos no período anterior à escravização, herança que se manteve no Brasil.
- e) Exercer o ofício de barbeiro era uma das possibilidades para os escravos de ganho, categoria muito presente na vida urbana do Brasil do século XIX.

**5.** Faça a leitura do texto a seguir.

Muitos africanos escravizados eram enviados para a América espanhola, que inicialmente foi o destino principal do tráfico nas Américas. Seria, contudo, com o aumento da demanda por mão de obra escrava no Brasil, a partir da segunda metade do século XVII, que o tráfico assumiria proporções avassaladoras. Daí em diante, o destino principal dos cativos embarcados seria o Brasil.

FERREIRA, Roquinaldo. *África durante o comércio negreiro*. In: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lília Moritz. (orgs.). *Dicionário da escravização e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 53.

A migração forçada de africanos escravizados para o continente americano, com destaque para a grande demanda de escravizados no Brasil, teve relação com:

- a) a congruência entre proximidade dos continentes e aceitação dos africanos ao cativeiro, que era explicada com uma justificativa religiosa.
- b) as práticas mercantis desempenhadas pelos Estados modernos europeus, cujo principal objetivo era a conversão de povos nativos ao protestantismo.
- c) o desenvolvimento de empresas mercantis na África, a partir do século XV, que visava ao expansionismo territorial por meio do envio de cativos para outros continentes.
- d) a execução do projeto colonial no continente americano, que, por sua vez, estava diretamente ligado aos princípios mercantis de expansão territorial e acúmulo de riqueza.
- e) a vinculação entre a inserção de imigrantes portugueses na África e no Brasil, um intercâmbio que ocasionou a relação entre africanos e brasileiros.

**6.** Analise os textos a seguir.

**Texto I**

Em algumas sociedades, a exemplo do povo Sena de Moçambique, a escravização também era uma estratégia de sobrevivência quando a fome e a seca se faziam desastrosas. A venda ou troca de um indivíduo da comunidade podia garantir a sobrevivência do grupo, inclusive de quem era escravizado. A troca de alguém por comida era uma forma de evitar a extinção do grupo.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO FRAGA, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 15.

**Texto II**

Acusação de feitiçaria acarretaria a punição de levar o indivíduo a ser expulso da convivência do seu grupo social. Esse afastamento levaria, automaticamente, a ser um estrangeiro, em uma comunidade onde não comungaria, culturalmente, com seus elementos. Como estrangeiro, poderia ser comercializado e teria que estabelecer novos laços de parentesco com outros grupos, aos quais deveria lealdade.

SOUZA, Talita Tavares Batista Amaral de Souza. Escravidão interna na África antes do tráfico negreiro. *Revista Vértices* v.5, n. 2, Rio de Janeiro: Cefet, 2006, p.13-24. Disponível em: <https://editoraes-sentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20030007>. Acesso em: 14 abr. 2023.

O tipo de escravização sobre o qual o texto se refere pode ser classificado como:

- a) escravização doméstica, comum no continente africano antes da chegada dos europeus.
- b) escravização doméstica, estabelecida na África após a chegada dos árabes, por volta do século VII.
- c) escravização comercial, imposta pelos portugueses aos povos africanos submetidos à colonização mercantil.
- d) escravização comercial, praticada pelos africanos desde o início da influência muçulmana, especialmente na região norte da África.
- e) escravização por dívida, muito comum em sociedades africanas dominadas pelos árabes ou que estavam inseridas na rota das caravanas comerciais.

**7.** (UECE) Atente para o trecho a seguir:

“[...] o tráfico negreiro se tornou uma considerável fonte de renda para a Coroa, por meio de um amplo sistema de taxação. [...] Por volta de 1630, um escravo africano entrava no Brasil com uma taxação equivalente a 20% de seu preço no porto de embarque. Na segunda metade do século XVII, as taxas de exportação de africanos subiram para 28%, tornando-os “a mercadoria” mais tributada de todo o império lusitano.

FARIA, R. M.; MIRANDA, M. L.; CAMPOS, H. G. *Estudos de História*. 1. ed. São Paulo: FTD, 2010, p. 257. Coleção estudos de história; v.1.

Baseado nas informações do excerto e no que se sabe sobre o tráfico negreiro, é **correto** afirmar que:

- a) a importância da mão de obra escravizada africana para o sistema colonial português estava somente na sua utilização nas lavouras e minas da colônia.
- b) o tráfico de escravizados, utilizado apenas como força motriz da colonização no Brasil, ficou restrito à relação do reino com sua colônia.
- c) o comércio de escravizados foi atividade importante para o tesouro real português, além da exploração colonial da lavoura e da mineração.
- d) o impacto econômico desta atividade foi pequeno, pois poucos escravizados foram comercializados, devido à alta tributação cobrada sobre eles.

**8.** (Uema–Adaptada) Observe os dois textos a seguir.

#### Texto I

Valeu, Zumbi

O grito forte dos Palmares

Que correu terra, céus e mares

Influenciando a abolição.

VILA, L. C. da V., G. R. E. S. Unidos de Vila Isabel, 1988.

#### Texto II

Pra Isabel a heroína,

Que assinou a lei divina

Negro dançou, comemorou, o fim da sina.

TRISTEZA, N.; JÓIA, P.; VICENTINHO; JURANDIR. G. R. E. S. Imperatriz Leopoldinense, 1989.

Os versos dos textos I e II são fragmentos de letras de samba, elaborados no contexto de comemoração do centenário da abolição da escravidão, no Brasil. Esses versos abordam a questão de maneira distinta. Ao compará-los, se diferenciam quanto à

- a) escolha dos protagonistas da abolição.
- b) importância dada à Lei Áurea, assinada em 1888.
- c) perspectiva de uma História personificada em grandes heróis.
- d) forma de abordagem do racismo disseminado, após a abolição.
- e) receptividade da abolição, rejeitada por uma parcela da população.

# 4

## Trabalho escravo contemporâneo

Quando queremos nos referir a algo que é muito tecnológico e recente, é provável que usemos o adjetivo *moderno* para qualificar algum objeto, um tipo de arquitetura ou até mesmo um comportamento humano que consideramos avançado. De fato, o significado que é mais comumente associado ao termo *moderno* faz referência a gostos, tendências e objetos contemporâneos, ou seja, que dizem respeito à época em que se vive. Por essa razão, é comum que, em alguns contextos, *moderno* seja usado como sinônimo de *contemporâneo*. Porém, para o estudo da História, é importante compreendermos que a Idade Moderna e a Idade Contemporânea são períodos distintos, cada qual com suas particularidades.

De acordo com a periodização clássica da História, a Idade Contemporânea teve início em 1789 e estende-se até os dias atuais. O acontecimento que demarca o início dessa era é a queda da Bastilha, acontecimento que iniciou a Revolução Francesa. É um período marcado pelo alto desenvolvimento científico e tecnológico, pela consolidação do capitalismo e pela ocorrência de grandes conflitos, sobretudo no século XX. Do ponto de vista político, a Idade Contemporânea foi o período em que as monarquias absolutistas se enfraqueceram, sendo substituídas por monarquias constitucionais, forma de governo que possui mais dispositivos democráticos, e por repúblicas, algumas democráticas, outras autoritárias.

Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea>. Acesso em: 15/05/2023. Adaptado.

Quando falamos sobre o fenômeno da escravização na História, essas designações que diferem o moderno do contemporâneo podem ficar confusas, pois sabemos que o regime de trabalho forçado é um fenômeno longo, que existe desde a Antiguidade e que chega até os dias atuais.

Nos capítulos anteriores, estudamos o que caracteriza a escravização que foi praticada no Brasil contra os povos originários e os povos africanos durante a Idade Moderna, diferenciando-a de outros tipos de escravização que existiram tanto no continente africano quanto no continente europeu em diferentes momentos históricos. Neste capítulo, vamos estudar a escravização contemporânea no Brasil, para que consigamos identificar o que a diferencia daquela que vigorou no país até 1888.

Talvez você já tenha ouvido falar da escravização contemporânea com o nome de **escravização moderna**. Essa denominação não está errada, como fica elucidado pela própria definição da palavra *moderno* no dicionário, mas não vamos utilizá-la neste percurso, de forma que fique mais compreensível sobre qual fenômeno nós estamos falando.

Ao contrário do que pode-se pensar, a Princesa Isabel pouco atuou na luta abolicionista. Ela era dona de escravizados e não chegou a participar dos debates que levaram ao ato promulgado de 1871, o da Lei do Ventre Livre, segundo a qual mulheres escravizadas dariam à luz apenas bebês livres. A sua assinatura tanto desta lei quanto da Lei Áurea ocorreu porque seu pai, Dom Pedro II, estava fora do país, além dos motivos políticos e econômicos para tal ato.



Alan Fraser Images | Shutterstock

Imagem de pessoas em Londres, Reino Unido (2019), reunidas para aumentar a conscientização sobre a escravidão moderna em todo o mundo. Nos cartazes, podemos ler frases como "Abolição da escravização em todo lugar para sempre"; "Escravidão ainda existe" e "Caminhe pela liberdade".

## Pensando historicamente: o pós-abolição

Em 1888, a escravização foi abolida no Brasil. Após 388 anos, o nosso país foi o último das Américas a acabar legalmente com o regime escravocrata. Você deve lembrar do nome da Princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea, libertando aqueles que ainda viviam sob o escravismo no Brasil, mas o fato é que o processo que culminou com a promulgação dessa lei foi longo e bastante complexo.



Lei N. 3333 de 13 de Maio de 1888.

# Declaram extinta a escravidão no Brasil

**A** PRINCEZA IMPERIAL Regente em Nome de Sua Magestade o Imperador e Senhor D. PEDRO II, faz saber a todos os súditos do IMPÉRIO que a Assembleia Geral decretou e Ella sancionou a Lei seguinte:

**Artigo 1.º** É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

**Artigo 2.º** Revogam-se as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas e Interino dos Negocios Estrangeiros, Ruy Barbosa, Advogado da Real Casa do Conselho de Sua Magestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palacio de São de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, 07.º da Independencia e do Imperio.

*Princesa Imperial Regente*

*Ante a A. da Leitura*

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que teve por bom sancionar declarando extinta a escravidão no Brasil, como nella se declara.

*Chancelaria - mor da Imperio*

*Milena Pereira Brito*

*Transcrita em 12 de Maio de 1888*

*Para Vossa Alteza Imperial ver.*

*José Julio de Albuquerque*

Reprodução do documento da Lei Áurea, do Senado Federal, de 13 de maio de 1888. O texto foi aprovado no Senado Federal com 85 votos favoráveis, e 9 contrários. Destacamos alguns trechos do documento:

"A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2.º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém". Domínio Público.

A resistência à escravização existiu desde o momento em que esse regime de trabalho foi imposto aos povos originários e povos africanos. Como estudamos nos capítulos passados, as fugas e a formação de quilombos, por exemplo, representaram a recusa dos escravizados a aceitar o cativeiro passivamente. Contudo, como atividade organizada, o movimento abolicionista, ou seja, o movimento que reivindicava o fim do tráfico e também da escravização, surgiu no final do século XVIII, na Europa.

Esse movimento gerou repercussão no Brasil, afluindo ainda mais após a revolução de escravizados que culminou na Independência do Haiti e na instalação de uma república, em 1791. Naquele período, o sentimento de que o fim da escravização era possível se tornou mais palpável para escravizados e abolicionistas, e o medo de que algo semelhante acontecesse no Brasil tomou conta de vários escravocratas.

## 5 revoltas populares com participação social afro-brasileira no Brasil

Alguns atos populares foram movimentos estruturantes na formação da identidade brasileira. No entanto, não é proporcional o espaço dado a elas na historiografia, o que causa pouco conhecimento de suas causas e consequências. Suas histórias geralmente são contadas pela perspectiva dos vencedores: em alguns desses discursos, são retratadas como “movimentos subversivos” ou “que espalharam terror”.

É por isso que foram elencadas cinco revoltas que aconteceram por meio da mobilização popular, a maioria com ampla participação da população afro-brasileira.

### Revolta dos Malês (1835)

A Bahia fervia. Só no ano de 1835, irromperam 30 levantes populares, e foi na noite de 24 para 25 de setembro que estourou a **Revolta dos Malês**. Ela foi protagonizada por negros muçulmanos oriundos de países islâmicos da África do Norte, notoriamente conhecidos por sua inteligência organizacional e por serem políglotas. Líderes como Luiza Mahin e Pacífico Licutã lutaram contra o caos social e também pela liberdade religiosa. Foram duramente reprimidos pelas forças oficiais.

“Os malês tiveram uma chance muito grande de conquistar a liberdade. Falavam várias línguas, eram mais letrados do que a elite portuguesa, e isso gerou muito medo nos senhores dos escravos. Além de tudo, eles tinham saberes cosmopolitas, integrando vivências das sociedades por onde passaram”, reconta Ale Santos, publicitário e *storyteller* que investiga histórias africanas e afro-brasileiras.

### Greve dos Queixadas (1962–1969)

A primeira grande fábrica de cimento no Brasil foi erguida em Perus,

▶ bairro da zona noroeste de São Paulo. Ela escoou cimento para construções colossais, como a própria capital, Brasília (DF). Foi também nela que aconteceu a primeira grande greve sindical brasileira, a dos Queixadas. Durante sete anos, a organização dos trabalhadores protestou pelo cumprimento dos direitos trabalhistas.

Ainda que a fábrica de cimento não funcione mais, o seu espaço se tornou um lugar simbólico de resistência em um bairro cuja população se organiza socialmente para pautas diversas, seja a manutenção de espaços de cultura, a preservação do entorno verde ou pelos direitos das descendências negras e indígenas dos povos que compõem o território.

### Revolta da Chibata (1910)

Comandada por um dos maiores heróis brasileiros, o marinheiro João Cândido, a **Revolta da Chibata** foi um levante organizado por marujos negros contra as péssimas condições de trabalho dentro da Marinha Brasileira – que ainda incluía práticas escravagistas, como a punição com chicote.

Durante uma semana de novembro de 1910, eles tomaram posse de encouraçados vitais para a estratégia naval, exigindo o fim das “chibatas” e melhor tratamento dentro de seus postos de trabalho.

“Jornalistas internacionais declaravam que aqueles eram os melhores marinheiros do mundo e que nunca viram a articulação dos encouraçados para combate como aquela que acontecia pelas mãos dos marinheiros brasileiros”, relata Ale na *thread* sobre João Cândido. Ainda que tenha revolucionado o modo como a Marinha tratava o proletário, João Cândido nunca recebeu anistia.

### Balaiada (1838–1841)

A **Balaiada** foi uma insurreição popular composta por diversos setores sociais contra movimentos autoritários como o coronelismo. Sob a liderança de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, homem que fabricava balaios – cestas de vários trançados – juntaram-se trabalhadores livres, pessoas escravizadas e artesãos.

Ale ainda complementa sobre a importante participação quilombola nessa revolta: “O líder quilombola Negro Cosme junta seus quilombos à uma revolta popular contra as oligarquias”.

Embora o movimento tenha começado com reivindicações em sua maioria voltadas para o trabalho, com os balaios concordando em depor suas armas em troca da melhor distribuição de terras ou de cargos, a participação quilombola foi determinante para seu caráter abolicionista: algumas facções do movimento ocuparam fazendas e libertaram populações escravizadas. A revolta de longa duração causou pesadelos ao exército e foi duramente reprimida.



## Conjuração Baiana (1798)

“Animai-vos povo bahiense, que está por chegar o tempo feliz da nossa liberdade, o tempo em que seremos todos irmãos, o tempo em que seremos todos iguais”, dizia um manuscrito colado nas ruas de Salvador em agosto de 1798. Uma das revoltas populares com maior adesão popular do tempo da Coroa, a também conhecida como **Revolta dos Alfaiates** ou **Revolta dos Búzios** foi influenciada por movimentações como a Revolução Francesa e a Independência do Haiti, primeira república negra do mundo.

Embora tenha começado com reuniões das classes médias, ela rapidamente foi tomada por clamores populares, que lutavam pelo fim do pacto colonial e pela instituição de um Estado republicano e democrático, com condições financeiras e sociais que permitissem a equidade racial no país.

Organizados politicamente, em agosto daquele ano, diversos homens e mulheres das camadas populares de Salvador tomaram as ruas das cidades, colando panfletos que urgiam pela igualdade e democracia. A repressão dos setores militares foi dura, e a maioria de seus líderes sofreu execuções, desterros e prisões.

Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/04/09/5-revoltas-populares-e-participacao-afro-brasileira-na-organizacao-social-do-brasil/>. Acesso em: 11/02/2023. Adaptado.

Por pressão inglesa, em 1831, foi promulgada a Lei Feijó, a primeira legislação brasileira que tinha como objetivo acabar com o tráfico de escravizados. A lei, que levou o nome do ministro que a criou, proibia a importação de novos escravizados vindos do continente africano e decretava que todos aqueles que entrassem no Brasil a partir daquela data seriam livres. A Lei Feijó funcionou bem durante, aproximadamente, quatro anos, mas, por pressão dos grandes traficantes de escravizados brasileiros, que eram pessoas da alta sociedade e, muitas vezes, ligadas à corte portuguesa, a norma passou a ser sistematicamente ignorada, e tanto o tráfico quanto a escravização permaneceram como uma forte instituição no Brasil.

Apenas em 1850, quase vinte anos depois, a Lei Eusébio de Queirós foi publicada, estabelecendo medidas para a repressão do tráfico. A partir de então, as embarcações brasileiras ou estrangeiras que tivessem escravizados a bordo seriam apreendidas. Os escravizados seriam reexportados para os portos de origem, e os embarcadores seriam considerados piratas. A escravização, porém, continuava permitida em todo território brasileiro. A Lei Eusébio de Queirós provocou um aumento do tráfico interprovincial, ou seja, os estados passaram a negociar o mercado escravagista entre si. Como as províncias do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a ter mais demanda de mão de obra escravizada, eles passaram a comprar escravizados de províncias como Pernambuco e Bahia, que estavam sofrendo com o declínio do mercado açucareiro.

Lembre-se que, no contexto do século XIX, a Inglaterra era uma potência mundial que exercia domínio sob vários países. Em 1808, por exemplo, foi a guarda naval inglesa que resguardou a vinda da Família Real Portuguesa, que fugia dos franceses, para o Brasil. Portugal dependia economicamente da Inglaterra, e essa relação foi “herdada” pelo Brasil após a Independência. A partir do século XIX, a Inglaterra passou a pressionar os países escravagistas para que eles abolissem a escravização, com o objetivo de ampliar o seu mercado consumidor.

A Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885, foram outras medidas executadas pelo Estado brasileiro na tentativa de postergar o fim da escravidão no país. A primeira considerava livres as crianças nascidas de mulheres escravizadas, mas elas permaneceriam em poder do senhor de escravizados até os 8 anos. Depois, ele poderia entregar a criança ao governo e receber uma indenização ou criá-los até os 21 anos, utilizando os seus serviços. Já a segunda determinava a liberação de escravizados com mais de 60 anos – a expectativa de vida de um cativo no final do século XIX, no entanto, era de 19 anos.

A abolição da escravidão, concretizada apenas em 1888, por meio de um texto curto e assinado por uma princesa regente, foi fruto, de um lado, da luta dos escravizados e abolicionistas pelo fim do regime escravocrata e, de outro, pela pressão dos escravistas para a manutenção do regime de mão de obra escravizada. No entanto, essas tensões continuaram a ocorrer na sociedade brasileira após 1888.

### Lei Áurea, uma lei incompleta

Embora pareça uma lei excelente, a legislação tem sua falha: a falta de complementos. Projetos debatidos no congresso de autoria da Bancada Abolicionista (Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André Rebouças, João Alfredo, entre outros) previam a distribuição de terras e a doação de sementes para os escravizados então libertos poderem de fato ser emancipados, nos moldes das proposituras de José Bonifácio e Antonio d’Oliva Sequeira. E esta é a falta da lei. E não é acidental. O recém-fundado Partido Republicano (tradicionalmente ligado em ideais ao Partido Liberal) engendrou um grande acordo nacional com a Bancada Escravagista (quase integralmente filiada ao Partido Conservador) para que, então, fosse feita uma abolição sem reparação aos escravizados.

A ideia de tal aliança era que os senhores de escravos não só não tivessem que pagar pelos escravos que seriam libertados, como, no final, o Estado ainda pagaria aos senhores uma indenização pelas propriedades perdidas (aos moldes do ‘jabuti’ na Lei do Ventre Livre). Em contrapartida ao apoio financeiro, a Bancada Escravagista deveria apoiar a República. Feito este pacto, foi apresentado no Congresso, pelo Partido Conservador, o texto enxuto da Abolição, fazendo refém a Bancada Abolicionista, que não teve outra opção, senão aprovar o texto.

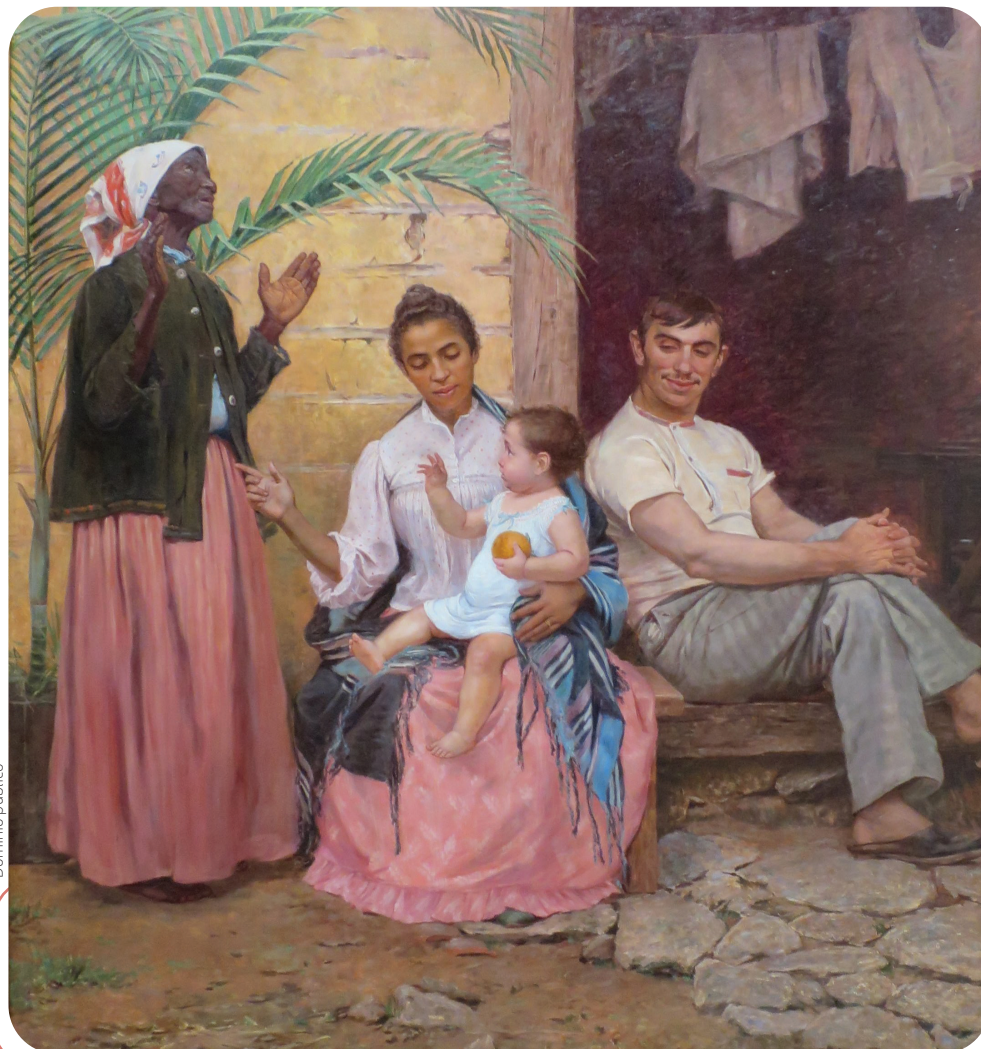
NUNES, André Rangel de Souza. *130 anos da Lei Áurea: as leis abolicionistas e a integração da população negra no Brasil*. Adaptado. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais). UFF, Niterói, 2018, p. 102–103.

O fim do Império, em 1889, e a conseqüente instalação da República, não significaram uma mudança estrutural no papel social ocupado pelas pessoas negras no Brasil. Sem nenhum plano concreto para integração dos ex-escravizados na sociedade brasileira, eles ficaram à mercê dos seus antigos senhores.

Isso não significou se submeter às mesmas condições de trabalho do regime escravagista. Eles lutaram para ter melhores condições de trabalho e também reivindicavam acesso à educação para as crianças, mas os antigos senhores de escravizados não estavam dispostos a negociar com os libertos.

O fim da escravização poderia significar, para os senhores, não só o fim do trabalho sem remuneração, mas também o fim da posição de mando. Foi essa posição que os senhores brancos fizeram questão de manter. A manutenção do preconceito e da dominância dos brancos, então, passou a ser justificada a partir das **teorias raciais**.

Assim, no início do século XX, o projeto do governo brasileiro estava pautado no ideal de embranquecimento da sociedade. É nesse período, logo após a Abolição e a Proclamação da República, que o conceito de **raça biológica** é criado e difundido com grande repercussão no Brasil, ajudando a fundamentar novas formas de dominação ao povo negro. A ideia de raça passou a ser o parâmetro de classificação social, e a desigualdade passou a ser justificada pelas características físicas e culturais. Elementos ligados à cultura europeia eram valorizados e tidos como um tipo superior, enquanto a cultura e os traços físicos africanos e nativos eram não só desvalorizados, como também combatidos.



Domínio público



No vídeo disponível no QR Code a seguir, a historiadora Lília Schwarcz aprofunda o debate sobre as **teorias raciais** que se difundiram no Brasil a partir do final do século XIX, evidenciando o viés racista de tais ideias.



A entrada das teorias raciais no Brasil | Lília Schwarcz

A *Redenção de Cam* (1895), de Modesto Brocos (1852–1936). Essa pintura é emblemática para expressar a tese do branqueamento. Na imagem, vemos uma senhora negra, que podemos imaginar ser a avó da criança, agradecendo aos céus. Ao seu lado, uma família composta por um homem branco, uma mulher negra, mas de pele mais clara que a senhora em pé, e uma criança branca, de cabelos quase lisos. Toda a composição da imagem endossa a tese que circulava nesse período: a de que, em três gerações, o Brasil seria um país composto majoritariamente por pessoas brancas.

O incentivo à entrada de imigrantes europeus e as barreiras impostas para imigrantes negros e asiáticos foi uma das políticas públicas pautadas nas teorias raciais que afirmavam que a miscigenação era um fator de degeneração social. Assim, a população negra foi reiteradamente excluída da sociedade brasileira desde o fim da escravidão. As resistências continuaram, e a contribuição da cultura negra para a cultura e identidade nacional são inúmeras.

Foi nesse contexto que começaram a aparecer os primeiros relatos sobre trabalhadores submetidos a regimes de trabalho muito parecidos com o trabalho imposto aos escravizados. A crença generalizada de que havia um grupo social superior (os brancos e descendentes de europeus) e outro inferior (todos aqueles que não eram brancos, mas especialmente os africanos, indígenas e seus descendentes) estava imbuída até mesmo nos grupos oprimidos, o que facilitou a exploração de muitas pessoas, que, por vezes, acreditavam merecer condições de trabalhos precárias.

## O trabalho escravo na contemporaneidade

Após o fim do regime de escravidão, outras relações de trabalho foram se construindo na sociedade brasileira. A transição da mão de obra escravizada para a livre foi um processo complexo. Como citado anteriormente, muitos escravizados permaneceram nas fazendas em que trabalhavam, exigindo melhores condições de trabalho. Entretanto, em outros lugares, os antigos senhores, baseados nas teorias raciais, optaram por contratar imigrantes europeus para o trabalho nas lavouras, bem como nas incipientes fábricas.

Contudo, as condições de trabalho nesse contexto, muitas vezes, eram extremamente precárias e se baseavam igualmente na superexploração do trabalhador.

### “Praticamente a escravidão” no início do século XX

O texto a seguir faz parte de um relatório médico feito por Belisário Penna em 1916, quando o sanitarista fazia uma viagem científica por todo o Brasil, com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre a realidade nacional, em específico sobre a situação da saúde das populações que viviam em lugares ermos.

“Em toda a zona onde se explora a maniçoba, existe praticamente a escravidão; o barraquista, assim se chama o dono do pessoal que extrai a maniçoba, alicia gente das povoações ribeirinhas e a leva sob promessa de grandes salários para a zona a explorar; antecipadamente é adiantada certa quantia de compras de objetos e para se deixar com a família; no lugar onde se instalam barracões, funda-se um armazém de propriedade do barraquista e onde o pessoal é obrigado a se fornecer

▶ pelos preços impostos pelo proprietário e que são, pelo menos, o dobro do corrente no 'comércio' mais próximo; nas zonas onde a água é escassa, esta é vendida aos maniçobeiros; ao cabo de algum tempo, o empregado é devedor e está impossibilitado de sair enquanto não saldar a dívida, que só faz crescer. É inútil qualquer fuga ou rebelião, as turmas são guardadas à vista por capatazes armados e o sistema é tão generalizado que, mesmo na Fazenda Serra, administrada por dois ingleses, os capatazes fazem o serviço de carabina em punho [...].

As autoridades prestam mão forte ao maniçobeiro que procura o devedor fugido e, na vila Paranaguá, tivemos o desprazer de assistir a prisão de quatro maniçobeiros levados à viva força para o barracão dum barraquista, já celebrizado em toda a zona que atravessamos, pelos crimes cometidos”.

PENNA, Belisário, 1916. In: GOMES, Angela de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravizado contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2018, p. 9. Adaptado.

Pela descrição do médico sanitarista Belisário Penna, no quadro de leitura anterior, conseguimos identificar algumas características dessa nova e perversa forma de regime de trabalho. O trabalhador era enganado: levado da sua região de origem para trabalhar em fazendas distantes com a promessa de altos salários e com adiantamentos. No entanto, chegando no local combinado, o trabalhador já estava preso a uma dívida impagável, que só poderia crescer, já que ele estava preso ao sistema de barracão.

Nesse sistema, o trabalhador era obrigado a comprar tudo o que precisasse no barracão do patrão, a preços muito mais caros do que os praticados nos mercados. Muitas vezes, ele sequer recebia seu salário em dinheiro, mas sim em vales, que só poderiam ser usados no barracão. Tinha seus documentos apreendidos, trabalhava sob a vigilância violenta de homens armados e, por fim, sequer sabia onde estava e como voltar para casa. Eram novas estratégias para prender os trabalhadores e utilizar dos seus serviços sem que houvesse o pagamento como contrapartida. Observando tais práticas, Belisário foi taxativo: aquilo mais parecia a escravização.

Tal sistema foi amplamente denunciado e registrado por intelectuais e políticos ao longo da primeira metade do século XX, pois atingia, por exemplo, trabalhadores seringueiros da borracha amazônica e trabalhadores canavieiros de diversas regiões de estados do Nordeste.

Essa prática foi se tornando tão enraizada no Brasil e no mundo que, em 1940, 52 anos após o fim da escravização, a palavra *escravo* retornou ao código penal brasileiro. Nesse ano, foi criado o artigo 149, que definiu o que seria, naquele momento, o trabalho escravizado. Apesar de ter o mesmo nome e de submeter os trabalhadores a condições humilhantes, o trabalho escravizado observado no século XX tinha diversas características que o

O documentário *Trabalho Escravo Contemporâneo* mostra a evolução da legislação brasileira ao longo do tempo, como a fiscalização das condições trabalhistas e a atuação de órgãos responsáveis pelo combate e pela punição de crimes. Para saber mais sobre o assunto, assista a esse documentário, que está disponível no QR Code a seguir.



**Documentário - Trabalho escravo contemporâneo | Rádio e TV Justiça**

diferenciava do regime de escravização moderna praticado no Brasil até 1888. Porém, a violência observada nessa nova forma de trabalho era tão grande que a palavra *escravo* foi novamente utilizada para descrever a situação desses trabalhadores.

Com o objetivo de trazer avanços para a realidade social brasileira, o governo de Getúlio Vargas buscou, desde a Revolução de 1930, lançar projetos reformadores. O código penal de 1940 foi promulgado nesse contexto, mais especificamente durante a ditadura do Estado Novo, resultando na culminância de um projeto que vinha desde 1934.

A **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** é um órgão criado em 1919 como uma agência da Liga das Nações Unidas no contexto do fim da Primeira Guerra Mundial. O objetivo da sua fundação foi estabelecer uma legislação trabalhista internacional que suscitasse reflexões éticas e econômicas sobre o custo humano da Revolução Industrial. A Organização tem o papel, até hoje, de promover um trabalho digno para homens e mulheres e, para isso, o órgão estabelece normas, convenções e recomendações a serem seguidas pelos países. Em 28 de junho de 1930, a OIT promoveu a Convenção Sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, definindo o que caracterizava esse tipo de trabalho e estabelecendo medidas para o seu combate. Para a OIT, o trabalho forçado seria todo e qualquer serviço para o qual o trabalhador não pudesse decidir livremente se aceita a atividade.

O texto do código penal de 1940 trazia, no seu artigo 149, a seguinte descrição: “Reduzir alguém à condição análoga à de escravo [...] Pena – reclusão, de dois a oito anos”.

Essa inclusão no código penal significou um reconhecimento do Estado de que tais práticas aconteciam e deveriam ser combatidas. Era um entendimento de que a superexploração dos trabalhadores atingia um nível crítico, diferente da escravização do século XIX, mas ainda assim degradante. A restrição à liberdade, ainda que continuasse existindo nessa nova forma de exploração, não era mais o elemento coercitivo central.

Apesar disso, o trabalho forçado – ou seja, o trabalho análogo à escravidão, como indica o Código –, no século XX, continuou a existir. Anos mais tarde, já na década de 1970, trabalhadores de diversos lugares do Brasil foram deslocados para a região da Amazônia para trabalhar nas obras do Estado brasileiro e também pelas promessas de terra. Chegando lá, eles eram submetidos a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, alimentação e hospedagem insatisfatórias, acúmulo de dívidas impagáveis, vinculação ao sistema de barracão, retenção de documentos, etc., ações que impossibilitavam o trabalhador de ter uma vida digna ou de escolher não mais trabalhar para aquele patrão.

## Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema

A assinatura da lei Áurea, em 13 de maio de 1888, decretou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sob outra, porém o trabalho semelhante ao escravizado se manteve de outra maneira. A forma mais encontrada no país é a da servidão, ou **peonagem**, por dívida. Nela, a pessoa empenha sua própria capacidade de trabalho ou a de pessoas sob sua responsabilidade (esposa, filhos, pais) para saldar uma conta. E isso acontece sem que o valor do serviço executado seja aplicado no abatimento da conta de forma razoável ou que a duração e a natureza do serviço estejam claramente definidas.

A nova escravidão é tão vantajosa para os empresários quanto a da época do Brasil Colônia e do Império, pelo menos do ponto de vista financeiro e operacional. O sociólogo norte-americano Kevin Bales, considerado um dos maiores especialistas no tema, traça, em seu livro *Disposable People: New Slavery in the Global Economy* (Gente descartável: a nova escravidão na economia mundial), 18 paralelos entre esses dois sistemas que foram, aqui, adaptados pelo autor deste estudo para a realidade brasileira.

### Comparação entre a antiga e a nova escravização

Principais características	Antiga escravização	Nova escravização
Propriedade legal	Permitida	Proibida
Custo de aquisição de mão de obra	Alto. A riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravizados.	Muito baixo. Não há compra e, muitas vezes, gasta apenas com o transporte.
Lucros	Baixos. Havia custos com a manutenção dos escravizados.	Altos. Se alguém fica doente, pode ser mandado embora, sem nenhum direito.
Mão de obra	Escassa. Dependia de tráfico negreiro, prisão de indígenas ou reprodução.	Descartável. Um grande contingente de trabalhadores desempregados. Um homem foi levado por R\$ 150,00 em Eldorado dos Carajás, sul do Pará.
Relacionamento	Longo período. A vida inteira do escravizado e até de seus descendentes.	Curto período. Terminado o serviço, não é mais necessário prover o sustento.
Diferenças étnicas	Relevantes para a escravização.	Pouco relevantes. Qualquer pessoa pobre e miserável se torna escravizada, independente da cor da pele.
Manutenção da ordem	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.

Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_227551.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227551.pdf). Acesso em: 13/02/2023. Adaptado.

Apenas no ano de 1995 foi que o Brasil reconheceu, perante a OIT, a existência de trabalho escravizado no seu território. Desde então, órgãos e mecanismos de combate ao trabalho análogo à escravidão foram criados e vêm sendo sistematicamente utilizados para barrar o ciclo do trabalho forçado. O Ministério Público do Trabalho criou, em 1995, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que tem como objetivo atuar diretamente na fiscalização de empresas e proprietários denunciados, fazendo uso de mão de obra forçada.

Em 2003, outro importante passo foi dado para o combate a esta prática que fere os direitos humanos. A redação do código penal foi ampliada, para que ficassem mais claras as condições que caracterizam o trabalho análogo à escravidão. Assim, o novo texto, agora, afirma que:

Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas, incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Atualmente, ainda há registros da prática de trabalho análogo à escravidão no Brasil. Entre 1995 e 2015, mais de 50 mil pessoas foram libertadas do regime de trabalho escravo contemporâneo. Ele acontece majoritariamente no meio rural, mas o meio urbano tem sido cada vez mais atingido por esse crime. O setor têxtil e o setor de construção civil apresentam números alarmantes: em 2020, foram resgatadas 35 pessoas na parte de confecção de roupas e 18 na área de construção. No entanto, os serviços domésticos ainda apresentam os casos mais emblemáticos, com pessoas que passaram décadas presas à condição análoga à de escravização.

No ano de 2021, 31 pessoas foram resgatas de regimes análogos à escravidão no serviço doméstico, e, em 2022, apenas no mês de julho, mais seis pessoas foram libertadas de condições análogas às de escravizado. Nesse mesmo ano, dois episódios tiveram grande repercussão social: o caso de



uma senhora resgatada em Minas Gerais após 32 anos presa na casa de uma família e o caso de outra idosa que foi mantida encarcerada por 72 anos no Rio de Janeiro.

Muitos outros ramos também fazem uso do trabalho análogo à escravidão: a pecuária bovina, a mineração e os setores de reflorestamento são alguns dos líderes no desrespeito à dignidade do trabalhador. O tráfico de pessoas e o trabalho infantil são outras violações que se conjugam ao trabalho análogo à escravidão, que fazem milhares de vítimas todos os anos no Brasil.

Apesar da diversidade, todos eles cumprem um certo ciclo do trabalho escravizado contemporâneo, que se inicia na condição de vulnerabilidade e pobreza à qual muitos trabalhadores e trabalhadoras estão suscetíveis. Nessa condição, esses trabalhadores são **aliciados** e deslocados para lugares distantes da sua região de origem, com falsas promessas de bons empregos. Ao chegar ao local combinado, nada do que o aliciador falou é verdade: as condições de trabalho, alojamento e alimentação são péssimas. Além disso, os trabalhadores chegam lá já devendo ao patrão e, por isso, não recebem o salário, que fica retido para o pagamento da suposta dívida. Se tentarem fugir, provavelmente serão assassinados pelos capangas armados.

**Aliciados** significa se-  
duzidos, enganados. O  
aliciamento é uma prá-  
tica criminosa, prevista  
pelo Código Penal Brasi-  
leiro, no artigo 207. Re-  
fere-se ao recrutamento  
ilegal de trabalhadores  
de uma localidade a ou-  
tra do território nacional.



Neste esquema, podemos observar o ciclo que leva as pessoas à situação de trabalho escravizado nos dias de hoje. Quando se encontram com problemas financeiros, ficam vulneráveis ao aliciamento, de forma que são levadas a trabalhar forçadamente. Nesses lugares, contraem mais dívidas, não conseguindo sair desse ciclo que parece infinito.

Uma das formas de tentar combater esse crime foi a criação da **Lista Suja**, um cadastro de empregadores e empresas autuados pelo Ministério do Trabalho usando mão de obra análoga à de escravizado. Os nomes que estiverem presentes na lista ficam proibidos de adquirir empréstimos em bancos públicos, além do dano à imagem da empresa. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a iniciativa como um bom exemplo de combate ao trabalho escravo contemporâneo.

### O trabalho análogo a escravidão

O trabalho se configura como análogo à escravidão quando o trabalhador não consegue se desligar do patrão por fraude ou violência, quando é forçado a trabalhar contra sua vontade, quando é sujeito a condições desumanas de trabalho ou é obrigado a trabalhar tanto e por tantas horas que compromete sua integridade física.

De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, existem quatro elementos que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo, que, a depender da situação, podem ser aplicados juntos ou isoladamente.

- Condições degradantes de trabalho, incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais que colocam em risco a saúde e a vida do trabalhador.
- Jornada exaustiva, em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida.
- Trabalho forçado, no qual a pessoa é mantida no serviço em razão de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas.
- Servidão por dívida, fazendo o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele.

O termo *trabalho análogo ao de escravo* deriva do fato de que o trabalho escravo formal foi abolido pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Até então, o Estado brasileiro tolerava a propriedade de uma pessoa por outra, o que se tornou ilegal após essa data. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, apoiam o conceito utilizado no Brasil.

Quanto às características desse regime de trabalho, não é apenas a ausência de liberdade que faz um trabalhador escravo, mas, principalmente, a falta de dignidade. Todo ser humano nasce igual em direito à mesma dignidade. E, portanto, nascemos todos com os mesmos direitos fundamentais que, quando violados, nos arrancam dessa condição e nos transformam em coisas, instrumentos descartáveis de trabalho. Quando um trabalhador mantém sua liberdade, mas é excluído de condições mínimas de dignidade, temos também caracterizado trabalho escravo.

Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/>. Acesso em: 13/05/2022.  
Adaptado.

## Refleta sobre o conteúdo

### 1. Leia o texto a seguir.

No dia 13 maio de 1888, o Parlamento vota a Abolição imediata, sem indenização para os proprietários de escravizados. Assim, o Brasil será o último país americano a extinguir a escravização. Ao mesmo tempo em que perdia o apoio de muitos fazendeiros opostos à Abolição, a monarquia não conseguia limitar o avanço dos republicanos no setor urbano: um ano mais tarde, ocorre a proclamação da República. Na realidade, a maioria dos republicanos havia pactuado com os fazendeiros, isolando a fração dos abolicionistas, composta tanto por monarquistas quanto por republicanos, que defendia uma reforma agrária, visando a acabar com “a escravização e com os males que a escravização criou”, como escreveu o líder abolicionista e monarquista Joaquim Nabuco.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *A escravidão no Brasil: quatro milhões de africanos foram a força motriz da nação. Aventuras na História*. São Paulo: Abril Cultural, maio, 2009. p. 38.

O fragmento elucida que o fim da escravização significou:

- a) a ascensão de um projeto de assimilação dos ex-escravizados ao mercado de trabalho.
- b) a vitória da submissão social dos escravizados, que não tiveram poder de escolha na execução da Lei Áurea.
- c) a realização dos preceitos do movimento abolicionista, que tinha como principal objetivo a “devolução” dos africanos e seus descendentes para a África.
- d) o movimento de elites para barrar as revoltas escravas que se iniciaram no século XIX.
- e) a limitação da Lei Áurea ao não prever um programa de integração social aos libertos.

### 2. Para responder à questão, leia o trecho a seguir.

Devemos relativizar, pois, a ideia de que existiu uma “transição” (ou “substituição”) mecânica e natural do trabalho escravizado para o trabalho (dito) livre. Tampouco ocorreu um processo histórico conduzido por algum tipo de “aperfeiçoamento” das relações de trabalho. Após a abolição, em 1888, é certo que o mercado de trabalho ganhou novos contornos, mas permaneceu absolutamente condicionado por pressões políticas, econômicas e sociais excludentes.

SOUZA, Robério S.; CORD, Marcelo Mac. *Trabalhadores livres e escravizados*. In: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 431.

A relativização defendida pelos autores é explicada pelo(a):

- a) troca de favores entre elites escravistas e o Império, que barrou a aplicação da Lei Áurea durante algumas décadas após a sua promulgação.
- b) completa adaptação ao trabalho livre no Brasil, que deixou uma grande massa ociosa nos primeiros anos do século XX.
- c) utilização de diferentes métodos de cerceamento e exploração do trabalhador, utilizados mesmo após a abolição da escravização.
- d) priorização da mão de obra livre antes mesmo da abolição da escravização, desde pelo menos 1831.
- e) uso indiscriminado de práticas violentas contra trabalhadores livres, que foi o estopim para a organização de um sistema de leis de proteção ao trabalhador ainda no século XIX.

**3.** Leia o texto para responder à questão.

O sonho de uma oportunidade de emprego no interior de São Paulo (SP) virou pesadelo para 100 homens que viajaram 4 mil quilômetros de São Mateus do Maranhão (MA) a Ribeirão Preto (SP). Com a promessa de vagas na construção civil, os trabalhadores desembarcaram na cidade de madrugada, mas o suposto contratante não apareceu para encaminhá-los. Sem dinheiro para hospedagem e até mesmo para alimentação, os homens passaram a noite em um posto de combustíveis na Rodovia Anhanguera. Comovidos com a situação, moradores vizinhos ao local levaram pães e refrigerantes para os trabalhadores, que estavam sem comer. As únicas informações que os trabalhadores têm sobre o trabalho estão em um documento que foi entregue a eles ainda no Maranhão. Os dados, no entanto, são aparentemente falsos. [...] De acordo com o pedreiro A. Vasconcelos, os trabalhadores foram mandados a Ribeirão Preto por intermédio de uma agência de empregos de São Mateus do Maranhão. Eles alegaram que foram contratados para a construção de um depósito e que cada um receberia um salário de R\$ 1,4 mil. Desde a chegada a Ribeirão Preto, no entanto, os homens não tiveram contato com o suposto contratante.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/06/grupo-do-ma-viaja-2-dias-ate-ribeirao-e-descobre-suposto-golpe-de-emprego.html>. Acesso em: 11/02/2023. Adaptado.

A reportagem relata o caso de trabalhadores do setor da construção civil, que se deslocaram em busca de trabalho. O relato jornalístico aponta para:

- a) novas modalidades de trabalho e emprego geradas pela Reforma Trabalhista.
- b) a apresentação de um caso de regime de trabalho análogo à escravidão.
- c) o crescente desemprego e suas consequências.
- d) a aplicação das leis trabalhistas a trabalhadores migrantes.
- e) o descompasso do trabalho formal com as mudanças da globalização.

**4.** (Enem–Adaptada) Leia o seguinte texto.

Em escala, o negro é o negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca. A forma desse racismo no Brasil decorre de uma situação em que a mestiçagem não é punida, mas louvada. Com efeito, as uniões inter-raciais, aqui, nunca foram tidas como crime ou pecado. Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. Adaptado.

Considerando o argumento apresentado, a discriminação racial no Brasil tem como origem:

- a) identidades regionais.
- b) segregação oficial.
- c) vínculos matrimoniais.
- d) traços fenotípicos.
- e) status ocupacional.

**5.** Leia o texto a seguir.

O trabalho doméstico análogo à escravidão é ainda uma realidade no país e acontece em diferentes regiões, envolvendo empregadores e empregadoras de diferentes classes sociais. Embora as denúncias sejam relevantes para que o MPT consiga realizar operações de resgate, há muitos casos invisibilizados pelo fato de as pessoas não saberem identificar esse tipo de situação.

Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/nova-campanha-faz-chamado-para-combate-ao-trabalho-domestico-analogo-a-escravidao/>. Acesso em: 11/02/2023.

Uma das dificuldades na identificação da escravização no trabalho doméstico hoje está atrelado:

- a) ao passado escravista e servil do nosso país, que naturalizou relações de trabalho exploratórias, especialmente no âmbito doméstico.
- b) aos novos acordos internacionais de normas trabalhistas, que não deixam claros os critérios para identificação do trabalho análogo à escravidão.
- c) às leis trabalhistas específicas para o trabalho doméstico, que permitem o pagamento do salário em alimentação e hospedagem.
- d) à obrigatoriedade do registro do trabalho doméstico na Carteira de Trabalho e Previdência Social, que desestimula os empregadores a contratarem nesse setor.
- e) à ambiguidade da categorização do que é trabalho doméstico, não estando bem definido na Consolidação das Leis do Trabalho.

**6.** Leia o texto a seguir.

Apesar de a pandemia de covid-19 ter diminuído o ritmo de parte das atividades econômicas, a escravização de trabalhadores e trabalhadoras não teve trégua e, pelo contrário, tende a aumentar. Segundo o relator especial da Organização das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravização, Tomoya Obokata, a pandemia deve agravar o quadro de trabalho escravizado.

BRASIL, Repórter. *Escravidado, nem pensar!*. São Paulo: Repórter Brasil, 2022, p. 45. Adaptado.

Um elemento que explica o aumento dos casos de trabalho análogo à escravidão no período pandêmico é:

- a) a diminuição do policiamento nas ruas.
- b) a restrição da circulação de pessoas.
- c) o aumento da vulnerabilidade socioeconômica.
- d) a manutenção do trabalho doméstico como serviço essencial.
- e) a superexploração do trabalhador, que o deixa suscetível ao contágio do coronavírus.

**7.** (USF–Adaptada) Leia o texto a seguir.

A escravidão no Brasil foi abolida com a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel em 1888. Apesar de passados 130 anos, o problema do trabalho escravo no Brasil está longe de ser solucionado. Em 1995, o governo federal brasileiro reconheceu a existência do trabalho escravo contemporâneo perante a Organização Internacional do Trabalho. Segundo dados do Ministério Público do Trabalho, entre 1995 e 2016 foram libertos cerca de 52 mil trabalhadores em situação análoga à escravidão no Brasil. Desses, quase 70% em atividades na zona rural.

O trabalho análogo à escravidão não é meramente um descumprimento das leis trabalhistas, ele fere diretamente o direito de dignidade humana. Segundo a Organização Internacional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, configuram o trabalho escravo na atualidade:

- a) perseguição étnica com relação aos afrodescendentes e índios.
- b) trabalho forçado, jornadas de trabalho exaustivas, servidão por dívida e condições degradantes de trabalho.
- c) trabalho informal, uso da mão de obra infantil e descumprimento da CLT.
- d) aprisionamento do trabalhador, violência física, trabalho autônomo e condições insalubres de trabalho.
- e) retenção da carteira de trabalho, condições insalubres de trabalho, trabalho informal e aprendiz legal.

8. O texto a seguir aborda a questão do trabalho análogo à escravidão na contemporaneidade. Analise-o com atenção.

### Trabalho escravo contemporâneo: um drama a ser vencido

“Não tem como a pessoa ir para casa porque eles prendem a gente de uma forma que ou a gente fica ou, se não quiser ficar, vai morrer. Se a gente quiser sair, quebrar o contrato, sai sem direito a nada, nem os dias trabalhados, sem passagem, sem nada. Então, a gente é forçado a ficar.” A dor, angústia e o sentimento de “coisificação” dessa citação não são apenas dimensões da fala de um trabalhador resgatado em condição análoga à escravidão, em 2023, em vinícolas do Rio Grande do Sul. Simbolizam, sobretudo, o nosso atraso civilizatório diante da inaceitável realidade de ainda encontrarmos anualmente dezenas ou centenas de seres humanos submetidos a condições de trabalho análogas à de escravizados. Trata-se de crime que ultrapassa fronteiras geográficas, econômicas, étnicas, culturais ou religiosas, e revela-se, muitas vezes, instrumento para a acumulação de riqueza, com a busca do lucro construída à custa da dignidade da pessoa humana.

Disponível em: <https://trt15.jus.br/noticia/2023/trabalho-escravo-contemporaneo-um-drama-ser-vencido>. Acesso em 22/05/2023. Adaptado.

Considere as afirmações:

- I. Quando o empregador oferece refeições de baixa qualidade ou fora de validade para os empregados não configura como trabalho análogo à escravidão, porque não é uma obrigação das empresas prezar pela dignidade dos funcionários.
- II. O trabalho análogo à escravidão é aquele em que o trabalhador é forçado a trabalhar em longas jornadas, que muitas vezes não são remuneradas.
- III. O trabalho análogo à escravidão é aquele em que o descanso semanal do trabalhador não é respeitado.
- IV. Quando o trabalhador exerce o seu ofício sem direitos em troca de dívidas, isso não pode ser considerado um trabalho análogo à escravidão, pois o trabalhador está em débito com o empregador.

Está **correto** o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) apenas I.
- e) todas estão corretas.

# Ciclo do trabalho escravo contemporâneo

No esquema abaixo, é possível observar a maneira como se dá o trabalho análogo à escravidão nos dias atuais. Após analisá-lo bem, complete o esquema com informações pertinentes a cada etapa.

